

ANPDG

Agência Nacional de Petróleo,
Gás e Biocombustíveis

Relatório
de Gestão | 2025



Índice

1. Mensagem do Conselho de Administração	7
2. Identidade Institucional e Mandato da ANPG	8
3. Enquadramento Macroeconómico	11
3.1. Contexto Mundial	11
3.2. Contexto Nacional	13
4. Estratégia 2023–2027	14
4.1. Mapa Estratégico	16
4.2. Balanço da Execução da Estratégia em 2025	16
5. Desempenho Operacional	18
5.1. Função Concessionária	18
5.1.1. Atribuição de Concessões Petrolíferas	19
5.1.2. Exploração de Hidrocarbonetos	20
5.1.3. Produção de Petróleo	23
5.1.4. Produção de Gás Natural	26
5.1.5. Gestão das Concessões	27
5.1.6. Desempenho de Segurança e Ambiental	34
5.2. Função Reguladora	42
5.2.1. Agendas Regulatórias	42
5.2.2. Instrumentos Contratuais e Legais Produzidos	43
5.3. Função Fiscalizadora	45
5.3.1. Auditorias	45
5.3.2. <i>Compliance</i>	46
5.3.3. Gestão de Risco e Controlo Interno	46
6. Sustentabilidade e Segurança Energética	47
6.1. Biocombustíveis	50
7. Desempenho Económico-Financeiro	51
7.1. Opex por Barril	51
7.2. Execução Orçamental das Concessões	52
7.3. Desempenho Financeiro da ANPG	54
8. Iniciativas de Comunicação	64
9. Capital Humano e Responsabilidade Social	65
10. Perspectivas para 2026	76
ACRÓNIMOS E SIGLAS	80

Lista de Figuras e Gráficos

Figura 1. Estrutura de governação: Distribuição de pelouros e áreas de supervisão do Conselho de Administração	9
Figura 2. Indicadores macroeconómicos de Angola	14
Figura 3. Elementos estratégicos da ANPG	15
Figura 4. Mapa estratégico da ANPG	16
Figura 5. Indicadores estratégicos e desempenho global da ANPG	17
Figura 6. Principais destaques da ANPG	18
Figura 7. Balanço da Estratégia Geral de Atribuição de Concessões Petrolíferas 2019–2025	20
Figura 8. Evolução da aquisição sísmica e da actividade de perfuração, 2021–2025	22
Figura 9. Dados estatísticos das actividades realizadas na Bacia de Etosha-Okavango	22
Figura 10. Balanço da Estratégia de Exploração de Hidrocarbonetos 2020–2025	22
Figura 11. Produção petrolífera anual	24
Figura 12. Distribuição da produção petrolífera por blocos	24
Figura 13. Distribuição da produção petrolífera por ambiente operacional	25
Figura 14. Distribuição da produção de gás natural por blocos	26
Figura 15. Evolução do investimento nas concessões petrolíferas, 2021–2025	28
Figura 16. Repartição da produção: Direitos contratuais e levantamentos efectuados	31
Figura 17. Estrutura das exportações de crude por tipologia de ramas	33
Figura 18. Configuração geográfica das exportações: Principais mercados de destino do crude angolano	33
Figura 19. Indicadores de desempenho de segurança na ANPG	34
Figura 20. Indicadores de desempenho de segurança no sector	35
Figura 21. Monitorização de ocorrências ambientais: Histórico de derrames e incidentes, 2019–2025	37
Figura 22. Monitorização de emissões de gases de efeito estufa e queima de gás, 2022–2025	38
Figura 23. Monitorização do teor de óleo na água, 2019–2025	38
Figura 24. Monitorização do volume de resíduos operacionais gerados, 2019–2025	39
Figura 25. Gestão dos riscos identificados	47
Figura 26. Custos operacionais por barril, sem abandono, nas concessões petrolíferas	51
Figura 27. Execução orçamental nas concessões	52
Figura 28. Provisão de abandono de activos	54
Figura 29. Performance e sustentabilidade financeira da ANPG	55
Figura 30. Proveitos operacionais	56
Figura 31. Resultados financeiros	57
Figura 32. Resultados não operacionais	57
Figura 33. Balanço financeiro	59
Figura 34. Balanço patrimonial	60
Figura 35. Indicadores do capital humano	66
Gráfico 1. Evolução da oferta e procura global de petróleo, 2020–2026	11
Gráfico 2. Evolução do preço do petróleo Brent, 2020–2026	12
Gráfico 3. Correlação entre o PIB e o preço do petróleo Brent, 2015–2025	13
Gráfico 4. Custos recuperados por Bloco	15
Gráfico 5. Rácios financeiros e indicadores de desempenho	73



1. Mensagem do Conselho de Administração

Há seis anos, a ANPG foi investida de uma missão clara e exigente: ser o pilar do Estado na gestão soberana dos recursos de hidrocarbonetos de Angola. Em 2025, esse compromisso reafirmou-se com uma maturidade institucional sem precedentes. Num mundo onde a energia se consolidou como o novo rosto da geopolítica e do desenvolvimento, Angola soube posicionar-se com firmeza — e a nossa Agência esteve no centro dessa afirmação, respondendo à volatilidade dos mercados com projectos concretos, contratos robustos e uma visão estratégica de longo alcance.

A vitalidade da nossa indústria reflectiu-se, neste exercício, na aceleração de projectos estruturantes como o Agogo, o CLOV Fase 3, o Begónia e o N'Dola Sul, que consolidaram a nossa cadência produtiva. Contudo, o nosso maior testemunho de competência foi a conclusão efectiva dos primeiros ciclos estratégicos da nossa história enquanto Concessionária Nacional: a Estratégia Geral de Atribuição de Concessões 2019-2025 e a Estratégia de Exploração 2020-2025. Ao cumprirmos integralmente estes pilares, garantimos previsibilidade ao mercado e estabelecemos as bases técnicas para mitigar o declínio natural das reservas, um objectivo alcançado através de uma colaboração estreita com os grupos empreiteiros, reafirmando Angola como um destino de investimento seguro.

Longe de ser um ponto de chegada, a concretização destas etapas permitiu-nos lançar, de imediato e com renovada ambição, o novo Plano de Atribuição de Concessões 2026-2030 e o Plano de Exploração de Hidrocarbonetos 2026-2030, assegurando que o esforço para a sustentabilidade do sector se mantenha contínuo. Este novo ciclo assenta em objectivos renovados e metas ainda mais ousadas, focando-se na modernização institucional, na aceleração da actividade exploratória e no reforço da segurança energética nacional, integrando de forma responsável o potencial dos biocombustíveis. Estamos a projectar a próxima década com a audácia de quem sabe que o futuro exige maior eficiência, maior impacto e uma capacidade de resposta cada vez mais ágil aos desafios globais. Este momento de renovação coincide com a

nossa ascensão definitiva como uma “nação do gás”. O Plano Director do Gás não é apenas um instrumento técnico, mas a base fundacional de uma estratégia nacional para transformar este recurso num motor de industrialização e segurança energética. Com a inauguração da fábrica do Novo Consórcio de Gás e o desempenho exemplar do ALNG, materializámos a visão de uma economia diversificada e resiliente. Esta dinâmica confirma que o potencial do nosso subsolo — do offshore às bacias interiores — permanece como uma fonte de valor estratégico que continuamos a revelar na sua plenitude.

A soberania que defendemos ganha a sua verdadeira dimensão quando se traduz no fortalecimento das competências nacionais através do Conteúdo Local, garantindo que a riqueza gerada pelo sector impulse empresas angolanas. Assim, cada contrato ganho por uma empresa de direito angolano e cada técnico nacional capacitado representam um investimento directo na autonomia e no crescimento económico do País. De igual modo, a nossa Responsabilidade Social é a expressão da convicção profunda de que gerir recursos naturais exige o compromisso moral de elevar o bem-estar das comunidades, investindo na saúde e na educação como pilares da nossa dignidade colectiva.

Toda esta trajectória é o reflexo directo de um esforço colectivo. Gostaria, por isso, de expressar o meu profundo reconhecimento ao Executivo Angolano pela confiança renovada, aos nossos parceiros pela resiliência e, fundamentalmente, ao capital humano da ANPG, homens e mulheres, que com competência, integridade e um sentido de missão exemplar, transformam desafios em resultados. Olhamos para o novo ciclo com orgulho e uma confiança inabalável, cientes de que o petróleo e o gás continuam a ser pilares vitais para o desenvolvimento socio-económico de Angola, hoje e nas décadas vindouras.

Bloco a Bloco, continuamos a construir o futuro da nossa Nação.

Paulino Jerónimo
Presidente do Conselho de Administração

2. Identidade Institucional e Mandato da ANPG

ANPG – Quem Somos

No âmbito do processo de reorganização do sector dos hidrocarbonetos em Angola, a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANPG) foi criada em 2019, constituindo um pilar fundamental na consolidação de um modelo de governação mais eficiente, transparente e alinhado com as melhores práticas internacionais, promovendo um ambiente de negócios mais estável, competitivo e atractivo ao investimento.

A ANPG é a Concessionária Nacional, com a responsabilidade de regular, fiscalizar e promover a execução das actividades petrolíferas, operações e contratações no âmbito do sector de petróleo, gás e biocombustíveis. Enquanto Concessionária Nacional, é responsável pela gestão dos direitos mineiros petrolíferos e pela condução dos processos de licenciamento, assegurando a valorização sustentável dos recursos de petróleo, gás e biocombustíveis.

Simultaneamente, no exercício das suas atribuições regulatórias e de fiscalização, a Agência garante o cumprimento do quadro legal e contratual aplicável, promovendo a disciplina, a eficiência e a transparência em toda a cadeia de valor do sector.

Com um quadro de 630 colaboradores, a Agência é superintendida pelo Titular do Poder Executivo, delegada ao Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás, e conta com a supervisão financeira do Ministério das Finanças. A sua sede está localizada em Luanda, no Edifício Torres do Carmo, Torre 2, na Rua Lopes de Lima, no distrito urbano da Ingombota.



Modelo de Governo

O modelo de governo da ANPG está estabelecido no seu estatuto orgânico e compreende o Conselho de Administração (CA) constituído por cinco Administradores, um Conselho Fiscal (CF) constituído por três elementos, Conselho Técnico (CT) e os Serviços Agrupados (SA) constituídos por 7 Direcções e 9 Gabinetes.

O organigrama a seguir apresenta o vínculo entre as distintas áreas, organizadas por pelouros, destacando a existência de seis grupos de trabalho ad hoc, denominados Núcleos (Conteúdo Local, Produção Incremental, Integração Energética e Biocombustíveis, Regulação, Responsabilidade Social e Contratação e Compras). Estes Núcleos foram constituídos com o principal objectivo de dinamizar a implementação do Decreto Presidencial n.º 271/20 e do Decreto Legislativo Presidencial n.º 8/24, além de promover o sector de biocombustíveis e atender às atribuições relacionadas às funções de regulação e fiscalização.

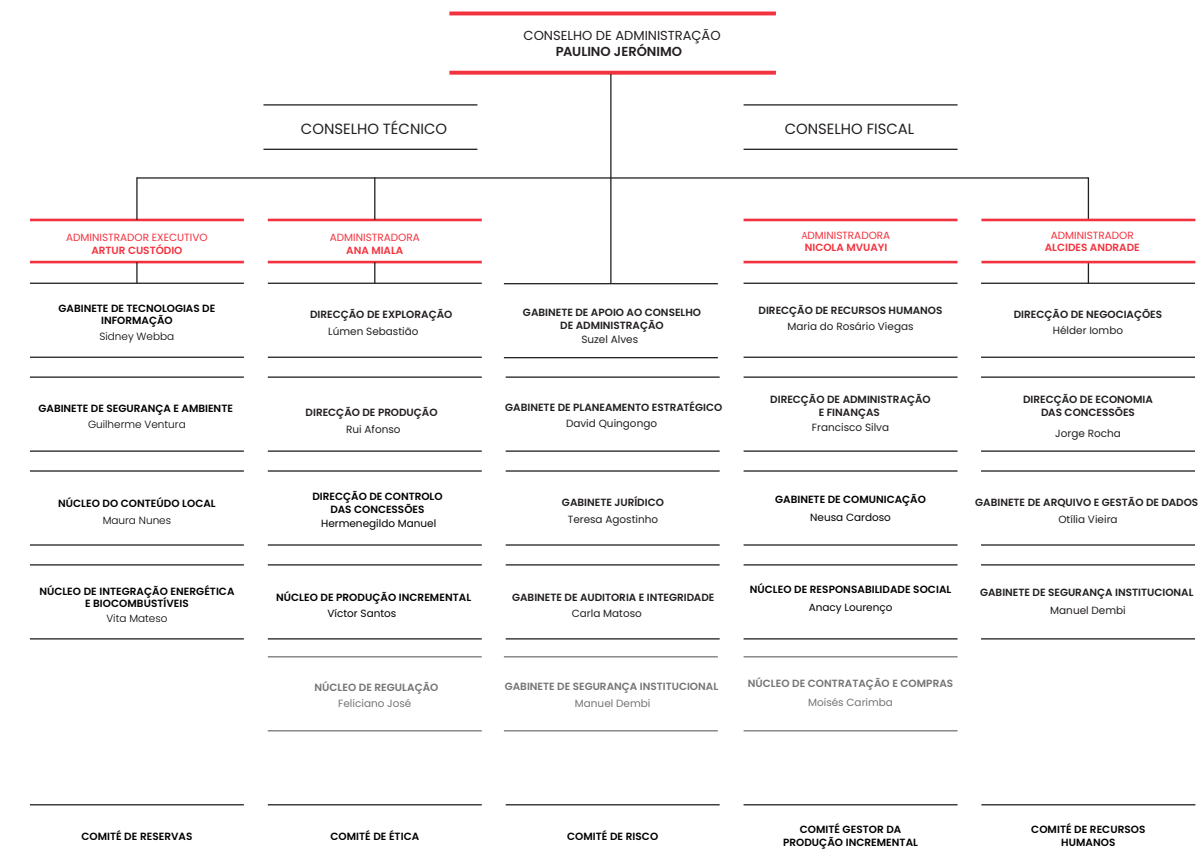


Figura 1. Estrutura de governação: Distribuição de pelouros e áreas de supervisão do Conselho de Administração.

Para além da distribuição de pelouros anteriormente referida, importa salientar o papel do Conselho Fiscal, órgão independente incumbido de velar pelo rigoroso cumprimento das normas legais e estatutárias que regem a instituição. No exercício de 2025, estiveram em funções Álvaro Teixeira Costa Fernão, na qualidade de Presidente, Adélia Maria Pires de Carvalho e Dorivaldo Teixeira, ambos Vogais.

Acresce que a ANPG contou igualmente com a constituição dos seguintes Comitês Especializados, vocacionados para assegurar uma governação técnica, ética e estratégica alinhada com as melhores práticas:

- **Comité de Reservas** – órgão técnico permanente, de natureza integradora, responsável pelo suporte à avaliação, certificação e classificação de recursos e reservas de hidrocarbonetos, enquanto activos estratégicos essenciais à gestão sustentada da produção petrolífera e, conseqüentemente, ao equilíbrio e desenvolvimento da economia nacional.
- **Comité de Ética** – entidade incumbida da instrução de processos de averiguação e da formulação de propostas de sanções relativas a condutas ética e/ou legalmente reprováveis. A sua actuação pauta-se pelos princípios da integridade, transparência e boas práticas institucionais, devendo exercer as suas competências com independência, autonomia e autoridade adequadas ao pleno desempenho das suas funções.
- **Comité de Risco** – estrutura destinada a dinamizar a Função Integrada de Gestão de Risco, de carácter transversal a toda a cadeia de valor, com vista à prevenção e mitigação de ameaças susceptíveis de comprometer a excelência operacional e o cumprimento dos objectivos estratégicos. Compete-lhe acompanhar a identificação, análise e monitorização dos riscos, bem como assegurar a implementação dos planos de tratamento destinados à atenuação dos riscos classificados como Altos e Muito Altos.
- **Comité Gestor da Produção Incremental** – órgão colegial responsável por assegurar a implementação, coordenação e acompanhamento da estratégia de Produção Incremental, promovendo a maximização do desempenho produtivo.
- **Comité de Recursos Humanos** – órgão colegial incumbido da supervisão, definição e actualização da estratégia e das políticas de gestão do capital humano, garantindo o alinhamento entre os recursos humanos e os objectivos estratégicos da organização.

Papel da ANPG na Economia Nacional

A ANPG desempenha um papel determinante na sustentabilidade das finanças públicas, ao assegurar a correcta arrecadação das receitas provenientes do sector petrolífero, que continuam a representar uma parcela significativa do Orçamento Geral do Estado, das exportações e da entrada de divisas no País.

A actuação da Agência tem, assim, implicações directas no equilíbrio da balança de pagamentos, na estabilidade cambial e na capacidade do Estado em financiar políticas públicas, num contexto ainda marcado por elevada dependência das receitas petrolíferas.

Paralelamente, a ANPG tem vindo a reforçar a sua actuação na promoção de novas oportunidades exploratórias, através da realização de rondas de licitação e do incentivo à actividade de pesquisa em bacias sedimentares. Esta intervenção é fundamental para a estabilização da produção petrolífera e o asseguramento da sustentabilidade no médio e longo prazos, preservando a base de receitas do Estado.

No domínio do gás natural e dos biocombustíveis, a Agência assume um papel crescente na valorização destes recursos, promovendo a sua utilização para fins energéticos e industriais. Esta actuação contribui para a redução da queima de gás, para a diversificação da matriz energética nacional e para o alinhamento do País com as tendências globais de transição energética.

Adicionalmente, a promoção do conteúdo local constitui um vector estratégico da intervenção da ANPG, através do incentivo à participação de empresas angolanas, da capacitação de quadros nacionais e da transferência de conhecimento. Este esforço contribui para o fortalecimento do tecido empresarial e para a progressiva diversificação da economia nacional.

3. Enquadramento Macroeconómico

3.1. Contexto Mundial

Em 2025, o contexto económico internacional foi caracterizado por um ambiente de crescimento moderado, incerteza geopolítica e ajustamentos estruturais no mercado energético global. A economia mundial expandiu-se abaixo da média histórica, condicionada por políticas monetárias ainda restritivas nas economias avançadas, níveis elevados de dívida e uma crescente selectividade do investimento internacional.

No sector energético, o mercado petrolífero foi marcado por uma dinâmica intra-anual assimétrica entre oferta e procura. O início do ano registou sinais de procura robusta, impulsionados por condições climáticas adversas no Hemisfério Norte e por estímulos à economia chinesa, conduzindo à redução de stocks nas principais economias consumidoras. Contudo, ao longo do segundo semestre, verificou-se uma inversão desta tendência, com o aumento significativo da produção norte-americana e a conseqüente acumulação de inventários globais, exercendo pressão descendente sobre os preços.

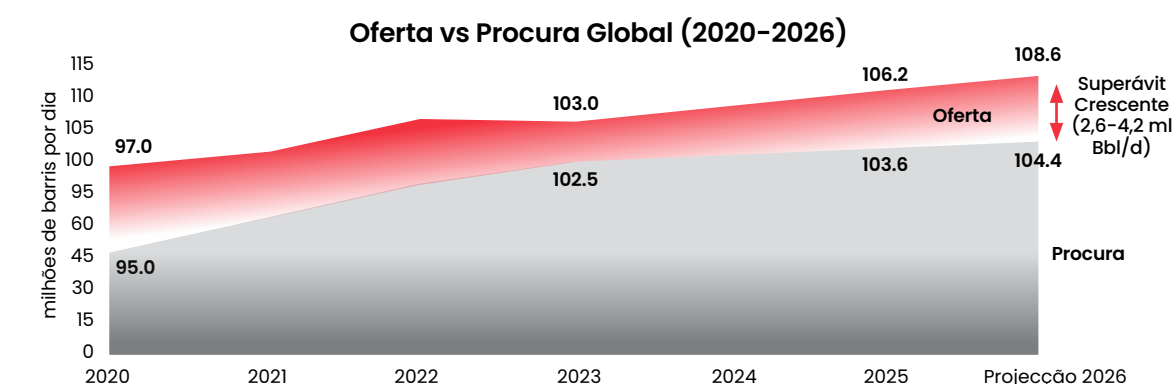


Gráfico 1. Evolução da oferta e procura global de petróleo, 2020–2026¹.

¹ A procura global atinge 103,6 milhões bbl/d em 2025 (+830 mil bbl/d vs 2024) e 104,4 milhões bbl/d em 2026. A oferta aumenta para 106,2 milhões bbl/d em 2025 (+3 milhões bbl/d) e 108,6 milhões bbl/d em 2026, criando superávit de 2,6–4,2 milhões bbl/d que pressiona preços. | Fonte: IEA Oil Market Report (Dezembro 2025).

A evolução apresentada na figura anterior evidencia um desfasamento crescente entre a trajectória da oferta e da procura, traduzindo um contexto de pressão estrutural sobre o equilíbrio do mercado.

Este desequilíbrio entre oferta e procura teve como principal consequência a pressão descendente sobre os preços internacionais do crude, com o Brent a evidenciar elevada volatilidade ao longo do ano.

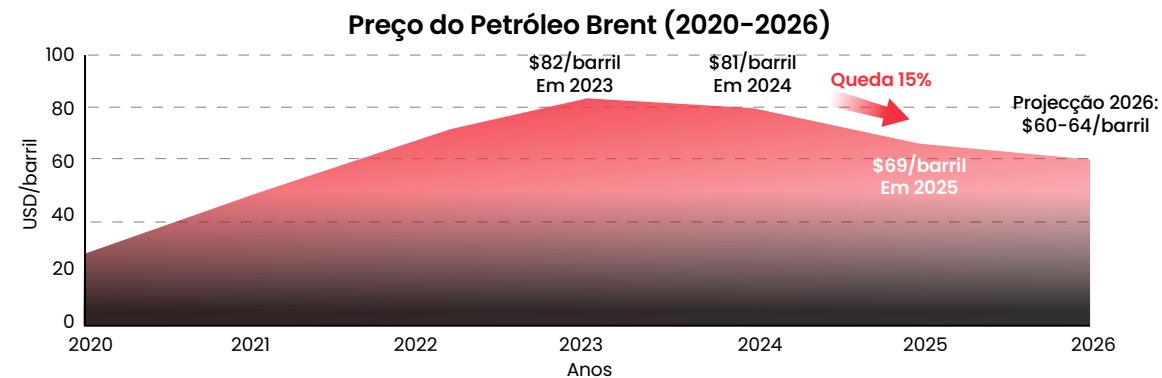


Gráfico 2. Evolução do preço do petróleo Brent, 2020-2026. ²

A gestão de oferta por parte da OPEP e aliados (OPEP+) continuou a desempenhar um papel relevante na estabilização do mercado, apesar de enfrentar desafios crescentes decorrentes da expansão da produção fora da organização, em particular nos Estados Unidos da América.

No plano geopolítico e comercial, o agravamento das tensões entre os Estados Unidos da América e a China contribuiu para a reconfiguração dos fluxos energéticos globais. As medidas tarifárias e restrições comerciais provocaram o redireccionamento de exportações norte-americanas de crude e LPG para mercados alternativos, nomeadamente Europa, Índia e Sudeste Asiático, intensificando a concorrência nos mercados tradicionalmente abastecidos por produtores africanos.

Adicionalmente, o sector de transporte marítimo assumiu um papel crucial na formação de preços internacionais. A volatilidade das taxas de frete, influenciada por constrangimentos logísticos, riscos geopolíticos e limitações de capacidade, contribuiu para o alargamento dos diferenciais regionais de preços, afectando o valor efectivo do crude nos mercados de destino.

Paralelamente, a transição energética continuou a influenciar as decisões de investimento. O financiamento internacional tornou-se mais selectivo, com maior exigência em critérios ambientais, sociais e de governação (ESG), condicionando o acesso ao capital para projectos de hidrocarbonetos. Neste contexto, o gás natural consolidou-se como combustível de transição, mantendo relevância estratégica para a segurança energética, particularmente em economias emergentes.

A Ásia, com destaque para a China e a Índia, manteve-se central na procura global de petróleo em 2025, apesar de um crescimento chinês mais moderado. A Índia evidenciou forte dinamismo na absorção de energia, consolidando o eixo asiático como determinante no mercado petrolífero e como destino estratégico para as exportações angolanas. Os preços do petróleo registaram volatilidade moderada, influenciados pelas decisões da OPEP+, pela produção dos Estados Unidos da América e por tensões geopolíticas, enquanto factores como a fragmentação do comércio e maiores exigências ESG tornaram o financiamento internacional mais selectivo.

² O preço médio caiu de \$81/barril (2024) para \$69/barril (2025), reflectindo superavit global, fraqueza económica e substituição de combustíveis. As projecções para 2026 indicam \$60-64/barril, sugerindo pressão contínua no mercado. | Fontes: Banco Mundial (Commodity Markets Outlook), Bloomberg e FMI.

Simultaneamente, a transição energética ganhou relevância, com investimento crescente em renováveis, embora o petróleo e o gás continuem essenciais para a segurança energética, sobretudo em economias em desenvolvimento. As grandes empresas diversificaram para as áreas como o gás, hidrogénio e captura de carbono, reforçando o papel do gás como combustível de transição. Para Angola, este contexto trouxe benefícios em termos de receitas, mas também desafios acrescidos de competitividade, eficiência e adaptação a um mercado mais exigente e orientado por metas climáticas.

3.2. Contexto Nacional

A indústria do petróleo e gás continua a afirmar-se como um pilar estratégico da economia angolana, consolidando a sua posição enquanto principal motor do crescimento económico nacional. Num contexto de desafios estruturais e de exigente conjuntura internacional, o sector mantém um papel determinante na dinamização da actividade económica e captação de receitas para o Estado.

O exercício de 2025 reafirmou a forte correlação entre a economia nacional e as cotações internacionais do petróleo. Ao contrário de 2024, que registou um crescimento do PIB de 4,4% suportado por um barril de Brent a cerca de USD 81, o ano de 2025 foi marcado por um abrandamento expectável.

Com a queda no preço médio do crude para a faixa dos USD 69 /barril, o crescimento económico global ajustou-se para valores entre 2,1% e 2,3%. Neste cenário, destaca-se uma clara assimetria: enquanto o sector não-petrolífero evidenciou resiliência ao crescer 7,34%, o sector petrolífero registou uma contracção de 1,21%. Este recuo reflecte não só a pressão em baixa dos preços, mas também os desafios operacionais enfrentados pela indústria ao longo do ano.

O gráfico que se segue ilustra a evolução destas variáveis ao longo da última década, demonstrando de forma clara o impacto das cotações do Brent no desempenho económico e justificando o contexto em que as operações do sector se desenvolveram em 2025.

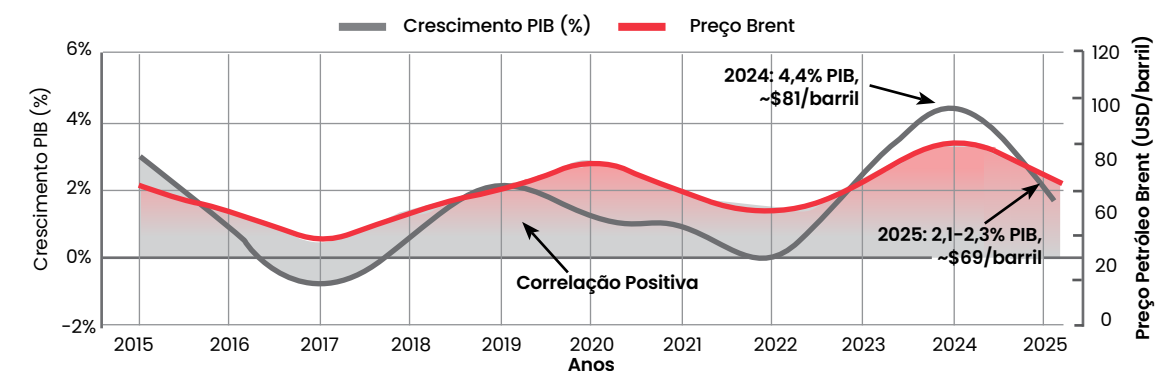


Gráfico 3. Correlação entre o PIB e o preço do petróleo Brent, 2015-2025. ³

³ Forte correlação entre crescimento do PIB de Angola e preços do petróleo. 2024: PIB cresceu 4,4% com preços sustentados. Em 2025: Abrandamento para 2,1-2,3% devido à queda de 15% no Brent. O sector não-petrolífero cresceu 7,34%, mas o sector petrolífero contraiu 1,21%, evidenciando vulnerabilidade estrutural. | Fontes: FMI (World Economic Outlook, Janeiro de 2026), Banco Mundial e Bloomberg.

A produção média de petróleo fixou-se em 1,04 milhão de barris de óleo por dia, registando um ligeiro recuo de cerca de 8% face ao período homólogo. Este desempenho deveu-se, sobretudo, às perdas de produção não planeadas ao longo do período, com especial enfoque para os Blocos 0, 15, 15/06, 17 e 18, aliadas a uma redução em algumas concessões petrolíferas. Verificou-se também um declínio de cerca de 0,5% na eficiência operacional das instalações.

No segmento do gás natural, a produção diária situou-se em 2,7 mil milhões de pés cúbicos por dia, registando um crescimento de 2,56% face ao ano anterior. Deste volume, aproximadamente 885 milhões de pés cúbicos por dia foram encaminhados para a unidade de liquefação Angola LNG, reforçando o compromisso do País com a monetização sustentável dos recursos gasíferos e com a progressiva diversificação da matriz energética nacional.

Indicadores Macroeconómicos

	2023	2024	2025	2026 P (Previsão)
PIB (US\$ bilhões)	68,69	70,12	115,17	
Inflação (%)	15,6	13,5	15,7	13,7
Taxa de Câmbio (Kwanza/USD)	484	510	912	912
Preço do Petróleo (USD/barril)	86,5	80	69	58

Figura 2. Indicadores macroeconómicos de Angola. ⁴

4. Estratégia 2023–2027

A actuação da ANPG, ao longo do exercício de 2025, manteve-se alinhada com a sua identidade institucional, expressa na sua Missão, Visão e Valores, que orientam a sua intervenção enquanto Concessionária Nacional e agente estratégico do Estado no sector dos hidrocarbonetos.

Neste enquadramento, o Plano Estratégico 2023–2027 constitui o instrumento reitor que define as prioridades institucionais para o actual ciclo de governação, assegurando o alinhamento entre o propósito da organização e a sua actuação operacional.

No terceiro ano de implementação, a actividade da ANPG centrou-se na materialização de um conjunto integrado de linhas de actuação estratégicas, com particular enfoque para:

- Sustentabilidade da produção petrolífera, através da melhoria da eficiência operacional nas instalações e do aproveitamento de recursos incrementais, garantindo a estabilidade das receitas fiscais do Estado.
- Fomento à actividade de exploração, determinante para a longevidade do sector e para a reposição das reservas petrolíferas, mediante a expansão do conhecimento geológico e promoção das bacias de fronteira.

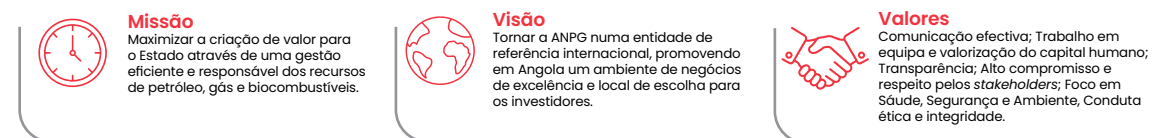
- Reforço do quadro regulatório, com a publicação de regulamentos e procedimentos, visando conferir maior previsibilidade, segurança jurídica e transparência no ambiente de negócios.
- Gás natural e Biocombustíveis, com a aposta no aproveitamento do gás e a promoção de parcerias para o desenvolvimento dos Biocombustíveis, alinhando o sector com as metas globais de descarbonização.
- Promoção do Conteúdo Local, através do incentivo à participação de empresas angolanas e à integração da força de trabalho nacional, assegurando que a cadeia de valor do sector gere valor efectivo à economia.

Estas linhas de actuação traduzem-se em iniciativas concretas orientadas para a optimização da eficiência operacional, a reposição de reservas, o reforço da previsibilidade regulatória e a maximização do valor gerado para a economia nacional.

Neste contexto, e com vista a assegurar uma leitura integrada da sua orientação estratégica, a ANPG estrutura o seu percurso em torno de cinco objectivos estratégicos fundamentais, que reflectem as suas prioridades de actuação e materializam, de forma coerente, a sua Missão e Visão.

O quadro seguinte sintetiza a articulação entre a identidade institucional da ANPG — Missão, Visão e Valores — e os objectivos estratégicos que orientam a sua actuação, evidenciando o alinhamento entre o seu propósito, as suas prioridades e a sua execução.

Missão, Visão, Valores e Objectivos Estratégicos da ANPG



Os 5 Objectivos do Percurso Estratégico



Figura 3. Elementos estratégicos da ANPG.

Estas acções visam não apenas a estabilidade do sector, mas a sua transformação num ecossistema resiliente, capaz de atrair e reter investimento estrangeiro num cenário global significativamente competitivo.

4.1. Mapa Estratégico

Para assegurar uma visão holística e integrada da organização, a estratégia da ANPG encontra-se estruturada num Mapa Estratégico edificado sobre quatro perspectivas desenvolvidas com base na metodologia do *Balanced Scorecard* (BSC), em alinhamento com as frentes de trabalho que suportam os Objectivos Estratégicos. Estas perspectivas organizam-se de forma hierárquica e interdependente: na base, a perspectiva de Aprendizagem e Crescimento constitui o alicerce que sustenta a excelência dos Processos Internos, os quais, por sua vez, geram valor para os *Stakeholders* e produzem os Resultados Financeiros esperados pela Sociedade.

As atribuições nucleares da ANPG — Concessionária, Reguladora e Fiscalizadora — atravessam transversalmente este Mapa, evidenciando que cada função impacta múltiplas perspectivas simultaneamente. Este alinhamento assegura que cada iniciativa tática ou operacional esteja rigorosamente conectada ao propósito central da organização: o aumento sustentável da produção petrolífera de Angola e a substituição estratégica de reservas.

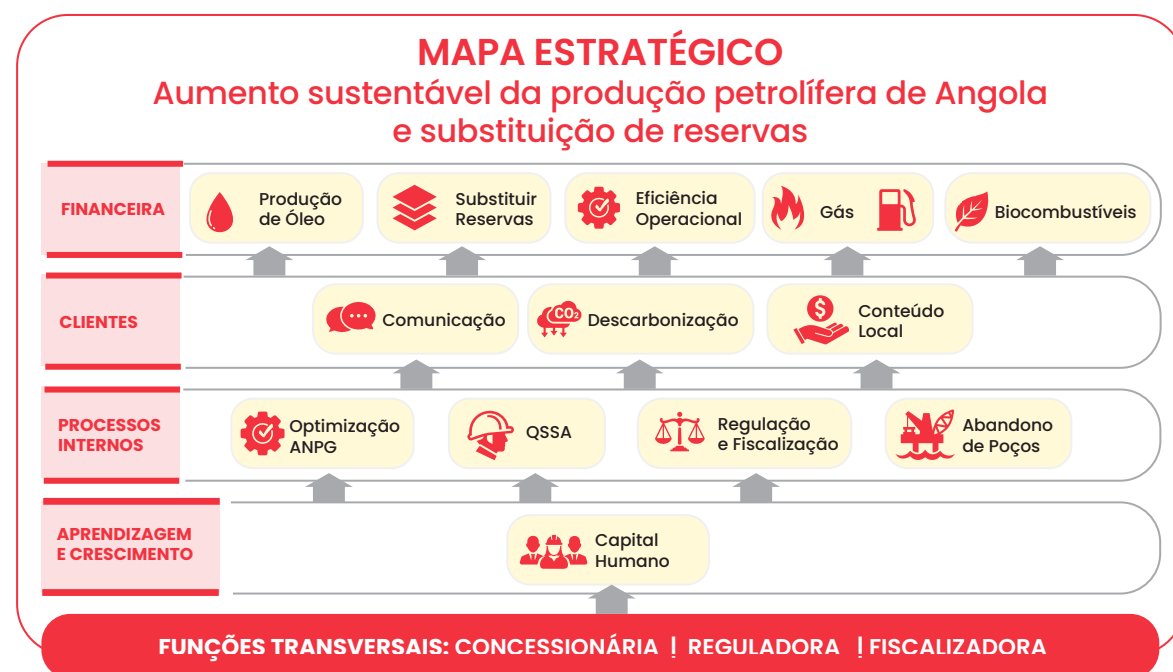


Figura 4. Mapa estratégico da ANPG.

4.2. Balanço da Execução da Estratégia em 2025

No exercício de 2025, a ANPG alcançou um Grau de Execução Global da Estratégia de 76,31%. Este desempenho reflecte a capacidade de entrega da organização diante de um contexto operacional complexo, evidenciando um alinhamento das áreas com as prioridades estabelecidas no Plano Estratégico, cujo desempenho dos indicadores estratégicos reflecte-se a seguir.

INDICADORES ESTRATÉGICOS 2025 – DESEMPENHO GLOBAL

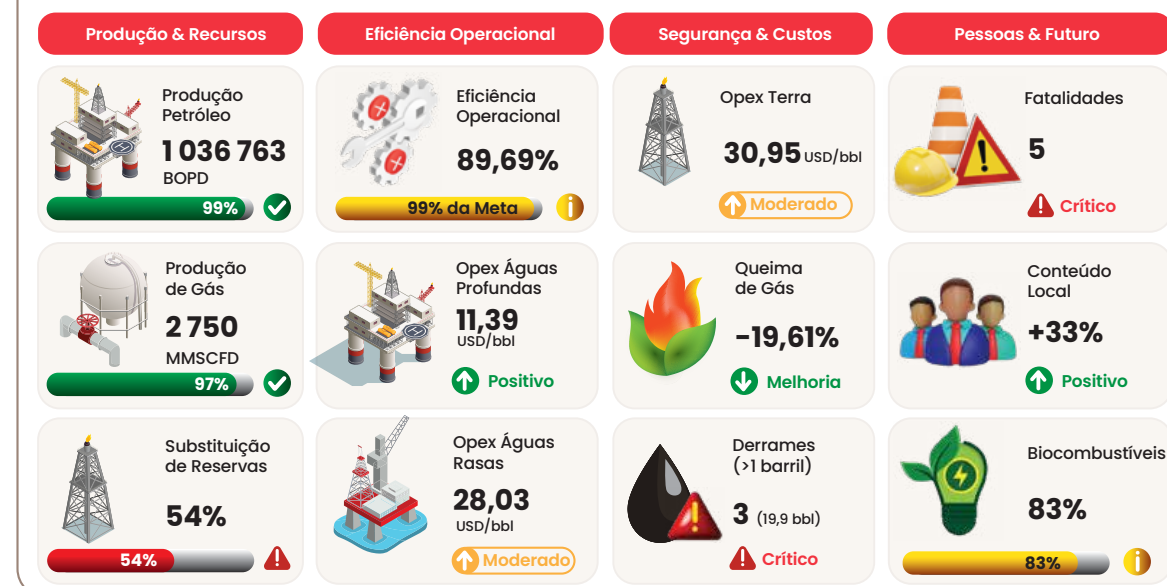


Figura 5. Indicadores estratégicos e desempenho global da ANPG.

No desempenho operacional de 2025, destaca-se a manutenção dos volumes de petróleo e gás produzidos, que atingiram 98% e 97% da meta, respectivamente, evidenciando a resiliência do sector, não obstante os constrangimentos registados em alguns activos. Em paralelo, foram realizados trabalhos visando o levantamento de biomassa, ensaios laboratoriais e zoneamento agroecológico alinhados com as metas globais de descarbonização e diversificação da matriz energética, resultando na identificação de culturas energéticas com elevado potencial e na criação de bases de dados técnicas que servirão de suporte à execução de futuros projectos de bioenergia sustentável, tão logo o quadro normativo esteja consolidado.

Relativamente ao desempenho ambiental e de segurança, o volume de queima de gás registou uma redução de 19,61% face ao limite autorizado, comprovando progressos nas iniciativas de eficiência e gestão. Todavia, o período foi marcado por desafios, com o registo de três derrames superiores a um barril de petróleo e, lamentavelmente, cinco fatalidades. Estes indicadores reforçam a necessidade imperativa de continuidade das acções de prevenção e do fortalecimento da cultura de segurança em todas as operações.

Os resultados alcançados no âmbito da execução da estratégia encontram-se sintetizados de forma integrada no quadro seguinte.



Figura 6. Principais destaques da ANPG.

5. Desempenho Operacional

Em 2025, o sector petrolífero angolano manteve um nível significativo de actividade operacional, sustentado pela continuidade das operações de exploração e produção, pelo avanço de projectos estruturantes, pela promoção do conteúdo local e pela gestão eficiente e responsável das concessões petrolíferas sob acompanhamento da ANPG, enquanto Concessionária Nacional.

Este capítulo apresenta os principais resultados operacionais alcançados destacando igualmente o papel da ANPG nas funções de Reguladora e Fiscalizadora. Entre os marcos mais relevantes, sobressai a publicação dos quatro primeiros regulamentos técnicos, que reforçam a base normativa e contribuem para maior transparência e credibilidade na condução da indústria petrolífera nacional.

5.1. Função Concessionária

O exercício de 2025 consolidou a posição da ANPG como motor de estabilidade e confiança no sector petrolífero angolano, sendo marcado pelo encerramento bem-sucedido dos ciclos estratégicos de Atribuição de Concessões 2019-2025 e de Exploração de Hidrocarbonetos 2020-2025, determinantes para a inversão de um período de oito anos sem licitações e reduzida actividade exploratória, garantindo a renovação do portefólio de activos do Estado e a necessária substituição de reservas.

A actuação da Concessionária Nacional focou-se na optimização de activos e na extensão da sua vida útil, destacando-se a assinatura de adendas contratuais para projectos de produção incremental nos Blocos 15 e 17.

No segmento do gás natural, o índice de aproveitamento atingiu 94%, com uma gestão eficiente repartida entre a utilização nas operações e o envio para o ALNG para a sua exportação. Ainda na vertente comercial, a Concessionária Nacional exportou 95,69 milhões de barris de petróleo, reafirmando a China como o principal destino.

Quanto ao desempenho ambiental, verificou-se uma contenção exemplar de derrames, limitando o impacto anual a apenas 19,9 barris em eventos significativos.

Em suma, o desempenho da Função Concessionária em 2025 confirma a estabilização do sector e a reposição da confiança dos investidores internacionais. O foco estratégico manter-se-á na intensificação da exploração e na produção contínua e sustentável de hidrocarbonetos, assegurando que o sector continue a contribuir para o desenvolvimento socioeconómico de Angola.

5.1.1. Atribuição de Concessões Petrolíferas

O ano foi marcado por uma forte dinâmica de atracção de investimento e formalização de parcerias. O reforço da confiança no sector materializou-se no regresso de operadoras históricas a Angola, destacando-se a rubrica de contratos com a Shell para 19 Blocos em áreas ultraprofundas, e a consolidação da presença das outras majors como a TotalEnergies, ExxonMobil, Equinor, Azule Energy, Chevron em novos blocos. Em simultâneo, a Licitação 2023 resultou na entrada de novos players nas porções terrestres das Bacias do Baixo Congo e do Kwanza.

No domínio do gás natural, avançaram as negociações contratuais do Bloco 24 com a Sonangol, reafirmando o princípio da canalização da totalidade deste recurso para o mercado doméstico, assegurando o suporte à industrialização e segurança energética nacional.

O índice de atractividade contou ainda com manifestações de interesse de mais de 35 entidades internacionais, desde operadoras como ExxonMobil e Galp, até investidores de mercados emergentes como Xuan Thien Group (XTG), que celebrou um Memorando de Entendimento (MoU) para o estudo da Bacia de Etosha-Okavango, reafirmando Angola como um destino atractivo para os investidores. Neste âmbito foram realizadas negociações directas com a Shell (Blocos 22 e 35), ExxonMobil (Bloco 40) e Woodside (Blocos 25 e 26) para estudos aprofundados de avaliação do potencial exploratório.

O encerramento do ciclo da Estratégia Geral de Atribuição de Concessões 2019-2025 superou amplamente as expectativas preconizadas. Com uma meta inicial de 50 concessões, a ANPG registou um índice de execução de 130%. Do universo de 65 concessões com negociações terminadas, 37 resultaram em contratos firmados, enquanto as restantes 28 cumprem, actualmente, os trâmites de formalização. Este desempenho demonstra a eficácia dos modelos de negociação adoptados e a elevada confiança no *upstream* angolano.

Do leque de concessões existentes, 37 encontram-se em fase de exploração e, no evento de sucesso das actividades exploratórias, perspectiva-se o início de produção de novos campos a partir de 2032.

Projectando o futuro e perspectivado a contínua disponibilidade de activos, a ANPG concluiu a proposta do Plano de Atribuição de Concessões 2026-2030, suportado por um projecto de Decreto Legislativo Presidencial desenhado para garantir a estabilidade jurídica contínua dos investidores.

Estratégia de Concessões 2019–2025: 130% de Execução

65 NEGOCIAÇÕES CONCLUÍDAS | 37 CONTRATOS ASSINADOS

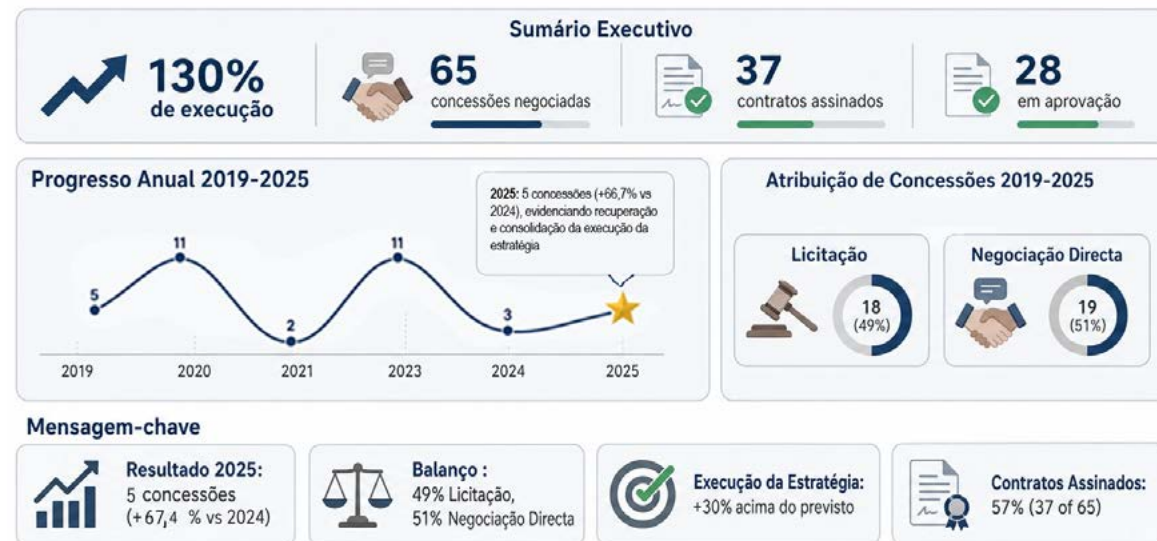


Figura 7. Balço da Estratégia Geral de Atribuição de Concessões Petrolíferas 2019–2025.

5.1.2. Exploração de Hidrocarbonetos

No decurso de 2025, a actividade exploratória pautou-se pela expansão do conhecimento geocientífico e supervisão técnica de campanhas de perfuração. Neste contexto, destaca-se a descoberta de gás natural feita pelo poço Gajajeira-1 (Bloco 1/14), com recursos estimados em 1 TCF, um marco que abre novas janelas de oportunidade para a cadeia de valor do gás, servindo de catalisador ao fomento da indústria petroquímica e ao incremento sustentável das receitas do Estado.

Adicionalmente, procedeu-se à perfuração dos poços 119-DX (Bloco 0) e Quitexe-1 (Bloco 47), enquanto os poços Burututu-1 (Bloco 5/06) e Acácia-5 (Bloco 17) foram reprogramados para o ano seguinte devido a factores logísticos, sem prejuízo ao interesse exploratório das respectivas áreas.

No domínio da geofísica, destaca-se a conclusão da campanha 2D no Bloco KON 6, que permitiu reforçar significativamente o conhecimento geológico na Bacia do Kwanza, enquanto as campanhas de sísmica 3D se estenderam aos Blocos 15 (Hungo), 20/11 (Kaminho), 33, 49 e 50. Visando assegurar uma gestão integrada de reservatórios, foram ainda adquiridos dados 4D no Bloco 32 (Louro-Mostarda).

A análise comparativa dos dois últimos anos revela um incremento de 8 558 km² na aquisição sísmica 3D. Em contrapartida, registou-se um decréscimo de 50% na perfuração de poços de exploração, reflectindo a necessidade de priorização das actividades previstas nos cronogramas dos Planos de Trabalho e Orçamento das operadoras, em estreita coordenação com a Concessionária Nacional.

Dados Sísmicos e Poços de Exploração Perfurados

SÍSMICA 2D/3D/4D + PERFURAÇÃO



Figura 8. Evolução da aquisição sísmica e da actividade de perfuração, 2021–2025.

A avaliação do potencial petrolífero nas zonas concessionadas incidiu sobre 16 Áreas de Desenvolvimento distribuídas pelos Blocos 4/05, 6/15, 14, 15, 15/06, 17/06 e 32, resultando na quantificação de 26 descobertas com recursos contingentes de óleo avaliados em 4 466,9 MMBO (STOOIP) e de gás em 112 TCF. Complementarmente, foram identificados 80 prospectos, cujos recursos prospectivos se estimam em 9 432,91 MMBO (STOOIP) e 99,6 TCF de gás.

Com o intuito de expandir o conhecimento geológico na Bacia de Etosha-Okavango, a ANPG realizou diversas actividades de campo nas províncias do Cuando, do Cubango e do Cunene, abrangendo localidades como Katwitwi, Caiundo e Santa Clara.



Dados Estatísticos Bacia de Etosha-Okavango 2025

ANÁLISE TRIMESTRAL DE EXPLORAÇÃO | DESMINAGEM, CARTOGRAFIA E GEOQUÍMICA

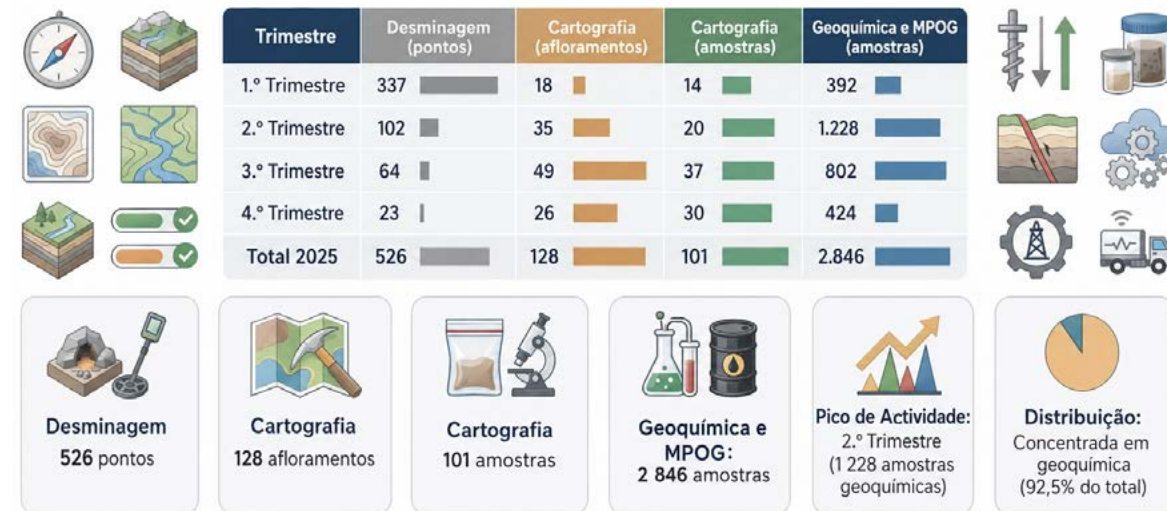


Figura 9. Dados estatísticos das actividades realizadas na Bacia de Etosha-Okavango.

A Estratégia de Exploração de Hidrocarbonetos 2020-2025, que foi fortemente impactada pela pandemia da Covid-19, encerrou o seu ciclo com uma execução técnica de 59%, e constitui a fundação da proposta do Plano de Exploração de Hidrocarbonetos 2026-2030, orientado para a sustentabilidade, integração tecnológica e confirmação de novas reservas que garantam a longevidade da indústria em Angola.

Estratégia de Exploração de Hidrocarbonetos 2020-2025

EXECUÇÃO: 59% | 4 FRENTES PRIORITÁRIAS | IMPACTO SOCIAL: +3 400 EMPREGOS (DIRECTOS E INDIRECTOS)



Figura 10. Balanço da Estratégia de Exploração de Hidrocarbonetos 2020-2025.

5.1.3. Produção de Petróleo

No exercício de 2025, a produção total de petróleo em Angola, proveniente de 16 concessões petrolíferas, fixou-se em 378 418 571 barris, o que perfaz uma média de 1 036 763 BOPD, valor que representa um decréscimo de 2,19% face à meta estabelecida (1 060 000 BOPD) e uma redução de aproximadamente 8% em comparação com o período homólogo de 2024. Importa salientar que os principais blocos produtores mantiveram relativa estabilidade, apesar dos constrangimentos operacionais relacionados ao restabelecimento da produção após as paragens programadas em algumas instalações.

Quanto à performance das infra-estruturas de produção, a eficiência operacional registou um desempenho de 89,69%, ligeiramente abaixo da prevista (90,16%). Este desempenho foi sustentado por um rigoroso programa de manutenção preventiva, que alcançou uma execução de 93,33%, factor crucial para garantir a integridade de activos que contam, na sua maioria, com mais de duas décadas de operação. Este esforço permitiu mitigar os riscos de paragens não programadas, tendo sido concluídas 57 das 67 intervenções previstas em poços.

Com o intuito de garantir o suporte às operações, estiveram em actividade 18 unidades de sondagem, que possibilitaram a perfuração de 94 950 metros distribuídos por 47 poços, representando um decréscimo de 1 unidade de sondagem face a 2024, com um custo operacional de USD 2 810 894 519. Em contrapartida, registou-se um aumento no número de actividades realizadas em poços, que passou de 141 para 155 no período em análise, evidenciando uma maior eficiência na gestão dos activos existentes.

A produção foi suportada por 838 poços (766 marítimos e 72 terrestres), reforçada pela entrada em operação de novos activos ao longo do ano. No primeiro semestre, assinalou-se o início de produção nos campos Cobalto e Gálio, ambos integrados no projecto Greater Plutónio (Bloco 18). A segunda metade do ano foi marcada por uma intensa dinâmica operacional, destacando-se, em Julho, o arranque das operações dos projectos Agogo Integrado ao Pólo Oeste (Bloco 15/06), CLOV Fase 3 (Bloco 17) e Begónia (Bloco 17/06). Esta trajectória de fortalecimento do sistema petrolífero nacional consolidou-se nos meses subsequentes com a entrada em produção de novos poços no campo Raia (Bloco 2/05) e novos contributos dos projectos CLOV Fase 3 e Agogo, culminando, em Dezembro, com o início do projecto N'Dola Sul (Bloco 0).



Produção Média Diária 2025: Estabilidade Operacional

MÉDIA ANUAL 1.037 MBOPD | OSCILAÇÃO CONTROLADA 6,7%



Figura 11. Produção petrolífera anual.

A análise da produção sob a óptica do ambiente operacional permite destacar a predominância contínua dos projectos *offshore*, particularmente em águas profundas, que permanecem como o principal motor do sistema petrolífero nacional, com 253 035 034 barris, o equivalente a aproximadamente 67% do total produzido. Em contraste, a produção onshore manteve uma participação discreta, representando apenas 0,29% do volume global, o que sublinha a necessidade de continuidade das estratégias de revitalização dos blocos terrestres recentemente adjudicadas.

Distribuição da Produção Total de Petróleo por Blocos 2025

ANÁLISE COMPLETA | TOTAL 378.418.571 BARRIS | COMPARAÇÃO COM 2024

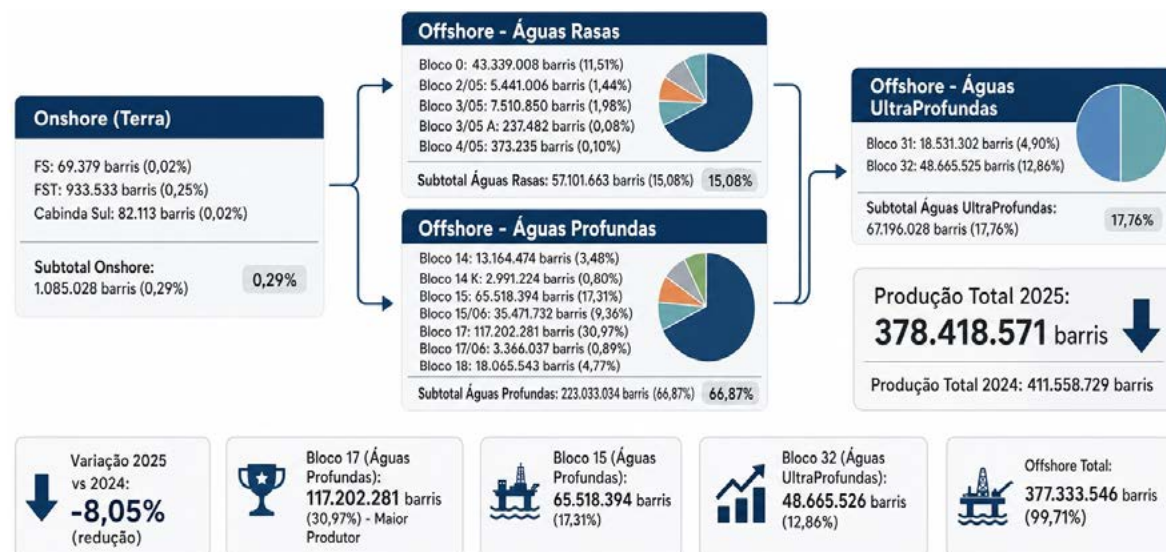


Figura 12. Distribuição da produção petrolífera por blocos.

As operações em águas profundas e ultraprofundas, apesar de constituírem ambientes de elevada complexidade técnica, sustentam o grosso da produção nacional. Este cenário contrasta com o segmento em terra, representado por activos maduros cuja produção actual reflecte o estágio avançado do seu ciclo de vida, evidenciando a necessidade contínua de investimento em tecnologias de recuperação.

Produção por Ambiente Operacional

99,71% EM ÁGUAS PROFUNDAS E ULTRA-PROFUNDAS

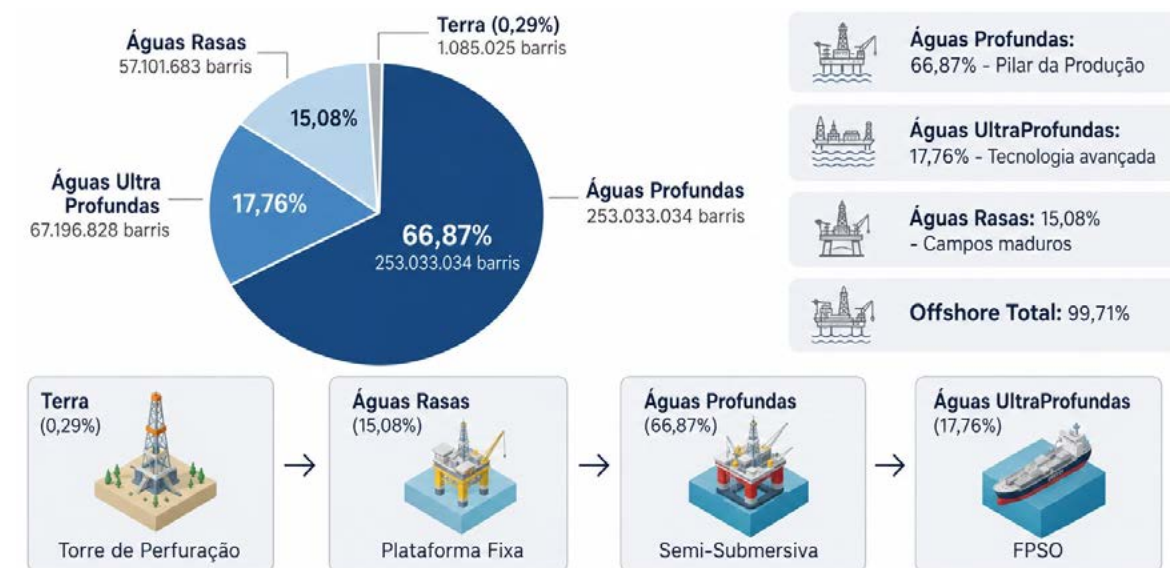


Figura 13. Distribuição da produção petrolífera por ambiente operacional.

A par da robustez evidenciada, o desempenho operacional do período foi influenciado pelo declínio natural dos reservatórios e por perdas de produção que, embora rigorosamente monitoradas, reflectem o impacto de intervenções não planeadas, cujo impacto foi de 30 354 659 barris contra os 21 435 213 barris previstos. Tal volume representa 8,02% da produção anual e um desvio de 7,85% em relação ao total planeado para o ano (386 900 000 barris).

Os desvios mais significativos verificaram-se nos Blocos 14 e 17, influenciados, respectivamente, pelo incidente ocorrido a 20 de Maio na plataforma BBLT (paragem de 30 dias) e pelo atraso na conclusão da paragem geral programada para manutenção do FPSO Girassol (27 de Março a 29 de Abril). Apesar destas ocorrências pontuais, o volume global de perdas registou um decréscimo de 11% em comparação com o ano anterior, consolidando a tendência de maximização da eficiência operacional verificada nos últimos dois anos.

Simultaneamente, a ANPG reforça o compromisso com a gestão responsável do ciclo de vida dos activos através da supervisão das actividades de abandono. Este processo assegura que a desactivação de infra-estruturas em campos maduros ocorra com rigor técnico e conformidade ambiental. Neste âmbito, foram intervencionados 42 poços, registando-se a conclusão de 35 e a suspensão dos restantes. Destaca-se o encerramento da produção no campo Gimboa (Bloco 4/05), em Julho de 2025, cujas actividades de abandono se iniciaram após o carregamento final de 710 000 barris, marcando a transição planeada deste activo para a sua fase de desactivação.

A estratégia de dinamização do sector materializa-se através de projectos de desenvolvimento de grande escala, focados na sustentabilidade da produção, dos quais se destaca o projecto Kaminho (Bloco 20/11), com uma execução global de 30% para o desenvolvimento dos campos do pré-Sal Cameia e Golfinho. A infra-estrutura, baseada num FPSO com capacidade de processamento de até 75 000 BOPD, mantém o cronograma para o início de produção do Cameia previsto para o terceiro trimestre de 2028, seguido do Golfinho no primeiro trimestre de 2031.

5.1.4. Produção de Gás Natural

A produção de gás associado em Angola, suportada por 59 poços (58 marítimos e 1 terrestre), totalizou 1 003 750 milhões de pés cúbicos, registando uma média de 2 750 MMSCFD, valor que representa um aumento de 2,42% face ao período homólogo (2 685 MMSCFD).

À semelhança do ano anterior, destaca-se o elevado índice de aproveitamento de gás, situado em 94%. Deste volume, 46% foram destinados à injeção nos reservatórios, 12% utilizados como combustível nas operações e 32% encaminhados como excedente para a fábrica ALNG. A queima de gás natural foi de 176 MMSCFD, resultando num rácio de desperdício de apenas 6%, que demonstra um alinhamento rigoroso com as metas de sustentabilidade estabelecidas pelo Estado.

Distribuição da Produção Média Diária de Gás por Blocos 2025

ANÁLISE COMPLETA | TOTAL: 2.750 | COMPARAÇÃO COM 2024

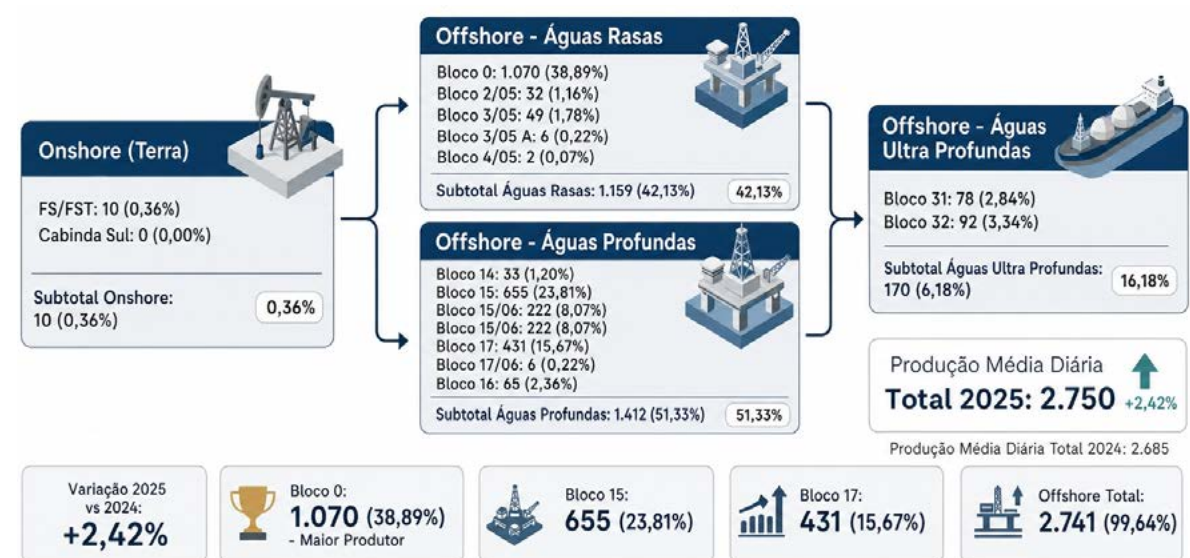


Figura 14. Distribuição da produção de gás natural por blocos.

Como ilustrado, a produção concentrou-se nos Blocos 0, 15 e 17, que mantiveram a liderança dos últimos anos com um total combinado de 2 156 MMSCFD, correspondendo a 78,40% da média diária nacional.

Relativamente ao Bloco 0, a produção de 1 070 MMSCFD permitiu a extracção de 10 248 barris de LPG, decompostos em 6 047 barris de propano, 4 049 de butano e 152 barris de LPG provenientes da planta *onshore*.

A fábrica ALNG atingiu uma produção de gás de 53 731 906 BOE, proveniente dos Blocos 0, 14, 15, 17, 18, 31 e 32, o que corresponde a uma média de 147 211 BOEPD, integrando a produção de LNG (125 229 BOEPD), butano (7 089 BOEPD), propano (9 544 BOEPD) e condensados (5 349 BOEPD), e que reflecte uma eficiência operacional de 95,48% e uma taxa de utilização da planta na ordem dos 89%.

Quanto às exportações, o período foi marcado pela realização de 110 carregamentos, designadamente: 73 de LNG (46 112 820 BOE ~5 140 170 toneladas métricas), 13 de propano (5 252 224 barris), 17 de butano (3 386 549 barris) e 7 de condensados (2 222 053 barris).

No que concerne aos compromissos do DOMGAS (Gás Doméstico), gás tratado e cedido pela ALNG à Concessionária Nacional para o mercado interno, que corresponde à quota de 11,6% (98,25 MMSCFD) do fluxo total recebido pela planta (847 MMSCFD), foram canalizados para o sector energético 25,18 MMSCFD, destinados à Central de Ciclo Combinado do Soyo (15,50 MMSCFD) e à Central Térmica do Malembo (9,68 MMSCFD).

Ao abrigo do Decreto Presidencial n.º 7/18 e em conformidade com o Plano Director do Gás, Sua Excelência o Presidente da República, Dr. João Manuel Gonçalves Lourenço inaugurou, a 27 de Novembro de 2025, o Novo Consórcio de Gás, que visa produzir e escoar até 412 MMSCFD de gás não associado à fábrica ALNG, através das plataformas Quiluma e Maboqueiro, gasodutos e uma Planta de Tratamento de Gás no Soyo. De seguida, serão iniciados os trabalhos de comissionamento visando o arranque de produção no primeiro trimestre de 2026.

5.1.5. Gestão das Concessões

No exercício de 2025 foi aprovado um volume de investimento de USD 14 862 777 556, destinado a assegurar a continuidade e aperfeiçoamento das actividades operacionais, a integridade das infra-estruturas, bem como a sustentabilidade da produção diária de hidrocarbonetos nas concessões.

No que respeita à tipologia das rubricas dos contratos aprovados, os projectos em fase de desenvolvimento concentraram a maior fatia do investimento, representando 52,14% do volume total (USD 7 749 450 000). Seguiram-se as actividades de Operação com 37,83% (USD 5 623 135 000), enquanto as áreas de Administração e Serviços (USD 865 555 557) e de Exploração (USD 624 636 999) registaram 5,82% e 4,20%, respectivamente.

A evolução destas rubricas ao longo do último quinquénio permite analisar o comportamento do investimento nas concessões entre 2021 e 2025. Observa-se que, mantendo a trajectória de crescimento contínuo verificada desde 2021, o exercício de 2025 registou um acréscimo de aproximadamente 13,41% no volume total em comparação com o ano anterior. Este crescimento é particularmente relevante pois ocorre em paralelo com a conclusão de marcos significativos em projectos estruturantes, demonstrando que o sector mantém uma dinâmica de reinvestimento constante. Este fluxo de capital é fundamental não só para a estabilização da curva de produção nacional, mas também para assegurar a longevidade dos activos e a introdução de novas tecnologias nas concessões em actividade.

Perfil de Investimento nas Concessões Activas 2021–2025

DISTRIBUIÇÃO ESTRATÉGICA | TOTAL 5 ANOS: 60.188,12 MILHÕES USD



Figura 15. Evolução do investimento nas concessões petrolíferas, 2021–2025.

5.1.5.1. Conteúdo Local no Sector Petrolífero

O Conteúdo Local no sector petrolífero angolano tem-se afirmado como um dos principais instrumentos de política económica, promovendo a participação estruturada do empresariado nacional, o desenvolvimento de competências técnicas e a criação de valor acrescentado na economia.

No exercício de 2025, o modelo de contratação no sector petrolífero continuou a consolidar-se em torno dos regimes que privilegiam a participação de empresas nacionais, tendo os regimes de preferência e o de exclusividade representado cerca de 78%, este último tendo um peso de aproximadamente 5% do volume contratado, evidenciando o compromisso contínuo com o fortalecimento do empresariado nacional.

Apesar de uma redução global no volume de contratos face ao ano anterior, associada à natureza cíclica do sector, a estrutura da contratação manteve-se alinhada com os objectivos estratégicos do Conteúdo Local, privilegiando empresas registadas em Angola.

No que se refere à tipologia das entidades contratadas, as Sociedades Comerciais de Direito Angolano (SCDA) e as Sociedades Comerciais Angolanas (SCA) representaram, em conjunto, cerca de 97% do volume total homologado, confirmando a forte presença de entidades nacionais na cadeia de fornecimento do sector.

Empresariado Nacional

Um dos indicadores mais relevantes do progresso do Conteúdo Local é o crescimento da participação das SCA, empresas detidas integralmente por cidadãos nacionais.

Entre 2022 e 2025, o peso no volume de contratação adjudicado a estas empresas registou um crescimento de 2% a 9%, tendo de Janeiro a Agosto de 2025 atingido o peso de 12%. Entretanto, no último trimestre de 2025 essa participação situou-se em cerca de 8%, por causa da complexidade e carácter cíclico dos projectos petrolíferos. Ainda assim, em termos absolutos, o valor adjudicado a empresas detidas por cidadãos nacionais aumentou cerca de 104% nesse período.

Este crescimento reflecte a progressiva maturidade das empresas nacionais, que têm vindo a consolidar competências técnicas, organizacionais e financeiras, permitindo-lhes participar em segmentos cada vez mais exigentes da indústria petrolífera.

Não obstante estes avanços, subsistem desafios relacionados com a escala e a profundidade tecnológica das empresas, sendo fundamental continuar a promover mecanismos de transferência de conhecimento, acesso ao financiamento e integração em cadeias de valor mais complexas.

Adicionalmente, foram adoptadas medidas com vista a melhorar a sustentabilidade financeira das empresas nacionais, destacando-se a redução significativa do prazo médio de pagamento, que passou de cerca de 120 dias para aproximadamente 60 dias, contribuindo de forma relevante para o reforço da liquidez e da estabilidade operacional dos fornecedores locais.

Registo, Certificação e Estruturação do Mercado

O sistema de registo e certificação de fornecedores continua a desempenhar um papel central na organização e formalização do mercado.

Ao fim de 2025, estavam registados mais de 3 100 fornecedores, realizadas 1 460 visitas de verificação e emitidos 1 480 certificados, permitindo a integração efectiva de empresas nacionais na cadeia de fornecimento do sector.

Este sistema tem contribuído para aumentar a transparência, garantir a conformidade com o regime legal e reforçar a credibilidade do ecossistema empresarial nacional.

Emprego e Fortalecimento do Conteúdo Local

O sector petrolífero contabilizou mais de 42 000 trabalhadores, dos quais cerca de 87% são cidadãos angolanos, incluindo aproximadamente 5 800 em cargos de direcção e chefia.

Estes indicadores demonstram a eficácia das políticas de desenvolvimento de quadros nacionais e de substituição progressiva de mão-de-obra expatriada, reforçando a sustentabilidade do sector a médio e longo prazos.

Durante o exercício de 2025 foram implementadas iniciativas estratégicas com vista ao fortalecimento do Conteúdo Local, destacando-se:

- Implementação do programa piloto dos Planos de Desenvolvimento do Conteúdo Local (PDCL), permitindo maior monitorização e padronização dos indicadores de desempenho, tendo sido seleccionadas 26 prestadoras de serviço com contratos activos.
- Lançamento de programas de capacitação empresarial, incluindo parcerias com instituições financeiras e programas de formação técnica para empresas certificadas, estando em curso os trâmites para a celebração de um MoU entre o Standard Bank e a ANPG.
- Realização das Oficinas de Conhecimento, que permitiram capacitar directamente dezenas de empresas nacionais em matérias operacionais e regulatórias, com previsão de realização da 3.ª edição em Junho de 2026.

- Desenvolvimento do levantamento do parque industrial nacional, em articulação com o MINDCOM, com vista ao alinhamento da oferta industrial às necessidades do sector.
- Lançamento do Angola Hub de Transição Energética, focado na melhoria do perfil ESG, digitalização e acesso ao financiamento para empresas nacionais.

Estas iniciativas reflectem uma abordagem integrada que combina regulação, capacitação, financiamento e planeamento estratégico.

5.1.5.2. Direitos e Levantamentos do Petróleo Bruto

No exercício de 2025, o total de direitos sobre a produção fixou-se em 378 539 017 barris, o que representa um decréscimo de cerca de 8% face ao exercício de 2024, no qual se registaram 412 232 153 barris.

Este diferencial negativo reflecte a depleção natural dos campos maduros, contudo acentua a relevância estratégica da Concessionária Nacional nas análises e aprovações detalhadas anteriormente. Intervenções críticas de capital, tais como os projectos Dália Lifex, Fase 4 do PSVM e a unificação da Área Kizomba se traduzem em acções fundamentais para a estabilização dos níveis de produção, assegurar a previsibilidade das receitas fiscais e garantir a longevidade operacional do sector.

A repartição da produção pelos diversos intervenientes do sector é detalhada na figura abaixo, mantendo os grupos empreiteiros com a maior quota de direitos, fixada em 203 912 619 barris (~54%), seguidos pela Concessionária Nacional com 101 156 218 barris (~27%) e pela Sonangol com 67 200 894 barris (~18%).

No período em análise, os levantamentos de petróleo bruto totalizaram 377 216 166 barris, o que representa um decréscimo de 8% comparativamente ao ano de 2024. A repartição destes volumes seguiu a estrutura de direitos de produção, sendo liderada pelos principais grupos empreiteiros com 198 718 174 barris (~53%), seguidos pela Concessionária Nacional com 100 516 820 barris (~27%) e pela Sonangol com 65 561 247 barris (~17%).

Individualmente, a ANPG posicionou-se como a entidade com o maior volume de levantamentos, pela sua natureza de Concessionária Nacional, detendo direitos em todas as concessões, com excepção do Bloco 0 e das Associações FS/FST devido a tipologia daqueles contratos (Contratos de Associação).

Direitos e Levantamentos da Produção de Petróleo 2025

ANÁLISE COMPARATIVA POR EMPRESAS | 2025 VS 2024



Tabela 1: Direitos da Produção (em milhares de barris)

	2025	2024	Variação
ANPG	101.156.218	106.875.441	-5,35%
Azule Energy	53.014.893	60.089.070	-11,77%
Sonangol UNEP	48.999.088	52.551.406	-6,76%
TotalEnergies	46.155.088	50.481.009	-8,57%
ExxonMobil	32.065.703	36.075.429	-11,11%
SSI	25.328.661	26.852.681	-5,68%
Equinor	21.127.690	23.712.386	-10,90%
Chevron	20.458.174	23.359.979	-12,42%
Sonangol E.P.	18.201.086	20.402.634	-10,79%
Outras	12.031.695	11.832.118	+1,69%
Total	378.539.017	412.232.153	-8,17%

Tabela 2: Levantamentos da Produção (em milhares de barris)

	2025	2024	Variação
ANPG	100.516.820	106.461.723	-5,58%
Azule Energy	53.657.339	61.147.406	-12,25%
Sonangol UNEP	47.824.437	52.046.660	-8,11%
TotalEnergies	47.393.008	51.437.745	-7,86%
ExxonMobil	32.255.942	35.766.886	-9,82%
SSI	27.195.848	25.886.702	+5,06%
Equinor	19.185.406	23.765.600	-19,27%
Chevron	19.030.632	23.261.195	-18,19%
Sonangol E.P.	17.736.811	19.111.801	-7,19%
Outras	12.419.924	11.197.215	+10,82%
Total	377.216.166	410.082.933	-8,01%

Principais destaques:



Figura 16. Repartição da produção: Direitos contratuais e levantamentos efectuados.

A análise comparativa entre os direitos legais e a execução física (levantamentos) efectuada pela ANPG em 2025 revela um diferencial residual de 1 322 851 barris, disponível para levantamento em stock, prevendo-se a sua regularização nos primeiros ciclos de carga de 2026.



5.1.5.3. Exportações do Petróleo Bruto da Concessionária Nacional

A exportação do petróleo bruto da Concessionária foi de 93 077 472 barris, um decréscimo de 7% comparativamente a 2024. No topo das ramas comercializadas, destacam-se Dália, Hungo e Paz-Flor, que juntas totalizaram 52 766 252 barris, ou seja, 57% do volume exportado. Este desempenho demonstra a resiliência das operações nos blocos maduros, que continuam a assegurar a estabilidade do fluxo de exportações da Concessionária Nacional mesmo diante dos desafios naturais de declínio da produção.

Da análise comparativa do desempenho das exportações por rama entre os anos 2024 e 2025, observa-se uma redução de 54% na rama Gindungo, reflectindo a menor disponibilidade de produção, o que limitou a sua presença no mercado e reduziu a capacidade de captura de diferenciais favoráveis. O terminal Girassol registou igualmente uma diminuição de 42%, resultante de uma paragem técnica conjugada com o declínio natural da produção, aumentando o risco de inconsistência no fornecimento – factor determinante para a manutenção de prémios de preço.

Em sentido oposto, a rama Olombendo apresentou um crescimento de 74%, impulsionado pelo aumento dos níveis de produção, traduzindo-se numa maior disponibilidade comercial e maior flexibilidade na colocação de volumes. Adicionalmente, o início da produção no terminal Agogo em 2025, resultou numa variação de 100% face ao ano anterior, contribuindo para a diversificação do portefólio de ramas.

Este reposicionamento do portefólio teve implicações directas nos preços e diferenciais obtidos, na medida em que a consistência de fornecimento, a qualidade das ramas e os volumes disponíveis influenciam directamente a atractividade do crude angolano e o seu posicionamento face aos benchmarks internacionais.



Exportações de Petróleo Bruto: DESEMPENHO DOS PRINCIPAIS CAMPOS



Figura 17. Repartição da produção: Direitos contratuais e levantamentos efectuados.

A presença do petróleo bruto angolano nos mercados internacionais mantém uma forte inclinação para o continente asiático. A República Popular da China consolida-se como o principal pilar estratégico da nossa exportação absorvendo 75% do volume total exportado pela Concessionária Nacional, seguida pela Índia com 9% e pelo Reino Unido com 5%.

Principais Destinos do Crude Angolano

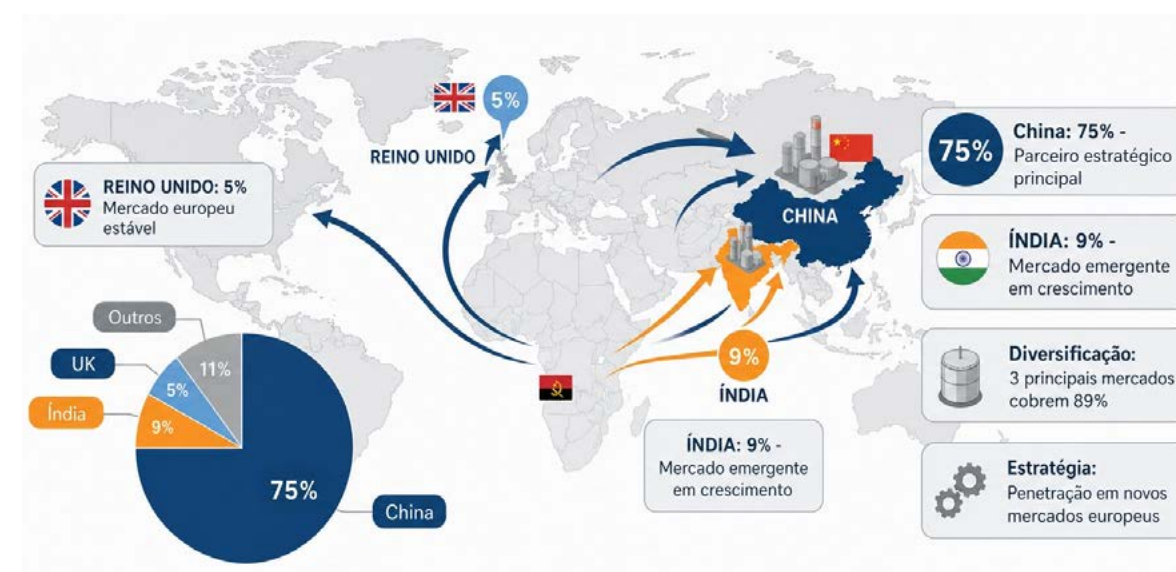


Figura 18. Configuração geográfica das exportações: Principais mercados de destino do crude angolano.

5.1.6. Desempenho de Segurança e Ambiental

O desempenho de segurança na ANPG foi aferido com base num total estimado de 1 246 440 de horas trabalhadas, o que representa um aumento de 2,29% face ao período anterior. Durante este exercício, reportaram-se 21 incidentes, situando-se acima das ocorrências registadas no período homólogo de 2024. Estes eventos compreendem 4 Acidentes com Perda de Tempo, 1 Caso de Tratamento Médico, 6 Casos de Primeiros Socorros e 10 Quase Acidentes.

Desempenho de Segurança na ANPG

PAINEL DE OCORRÊNCIAS DE 2025 E COMPARAÇÃO SINTÉTICA COM 2024 E 2023



Figura 19. Indicadores de desempenho de segurança na ANPG.



O desempenho de segurança no sector petrolífero foi avaliado com base em 72 107 515 de horas trabalhadas, representando um incremento de aproximadamente 30% em comparação com o ano anterior, sendo que 91% das ocorrências no sector envolveram pessoal de empresas prestadoras de serviços. Quanto à tipologia das ocorrências, da totalidade dos eventos reportados, 17% corresponderam a acidentes registáveis (com lesões), 6% a incidentes com fogo e 77% a acidentes ligeiros e quase-acidentes.

Entre os incidentes registados, destacam-se, pela sua gravidade, as fatalidades ocorridas no Bloco 17 (Embarcação Anahita) e no Bloco 14 (Plataforma BBLT), que resultaram num total de 5 óbitos e 14 afastamentos. Estes incidentes levaram o sector a reflectir ainda mais profundamente, visando o contínuo reforço das medidas de segurança no que toca a adequada identificação de perigos e na avaliação de riscos; cumprimento das normas e procedimentos de trabalho; fortalecimento das capacidades e competências; e o uso adequado de ferramentas e equipamentos.

Desempenho de Segurança no Sector

PAINEL DE DESTAQUE DA EXPOSIÇÃO AO RISCO, OCORRÊNCIAS DE 2025 E COMPARAÇÃO SINTÉTICA COM 2024 E 2023



Figura 20. Indicadores de desempenho de segurança no sector.

Desempenho Ambiental

No decurso de 2025, reportaram-se 3 derrames que totalizaram um volume de 19,9 barris, ocorridos nos Blocos 0, 3/05 e 17, além de cerca de 24 derrames de pequenas proporções, abaixo de 1 barril, nas Associações FS/FST. Estes incidentes tiveram como principais causas a corrosão nas linhas de produção (Bloco 0 e Associações FS/FST) e falhas operacionais (Blocos 3/05 e 17).

Relativamente à distribuição do volume total, o Bloco 17 foi responsável por 56%, seguido pelo Bloco 0 com 20% e pelo Bloco 3/05 com 11%. Importa salientar que, embora se tenha registado uma ocorrência adicional comparativamente a 2024, verificou-se uma redução de 1,51 barris no volume total (contra os 21,41 registados anteriormente). Este decréscimo de 7,05% reflecte, previsivelmente, uma maior eficácia na rapidez de resposta e contenção de incidentes. A evolução global deste desempenho permite fazer uma análise comparativa entre a frequência de eventos e o volume de óleo derramado nas concessões.



Derrames e Incidentes Ambientais 2019-2025

MONITORAMENTO RIGOROSO | CONFORMIDADE REGULATÓRIA

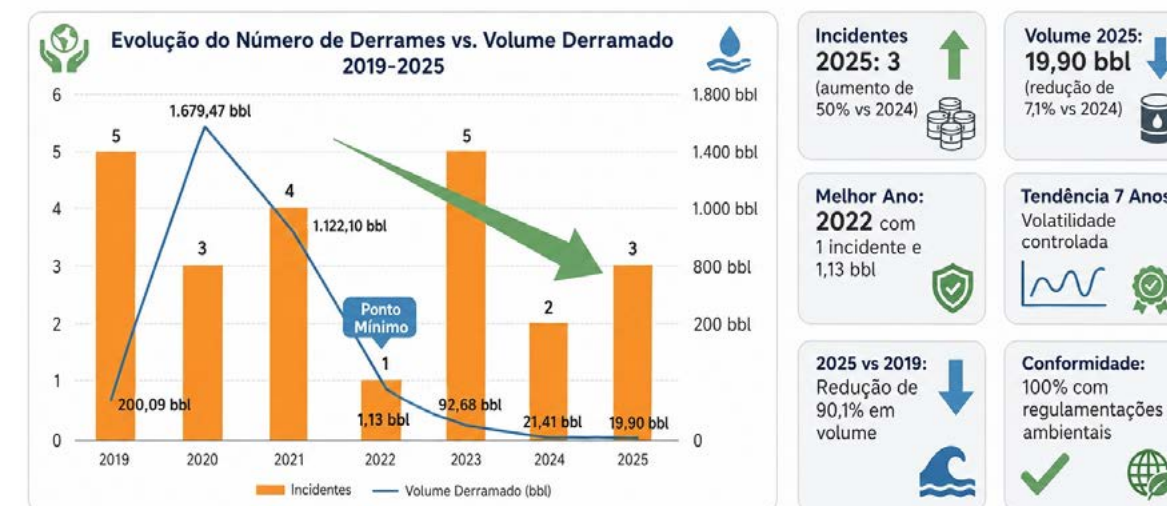


Figura 21. Monitorização de ocorrências ambientais: Histórico de derrames e incidentes, 2019-2025.

Quanto aos gases de efeito estufa (GEE), a indústria petrolífera angolana emitiu, em 2025, cerca de 12 916 238,15 ton de CO₂eq., provenientes maioritariamente do gás combustível e da queima de gás. Registou-se, assim, a manutenção da tendência de redução dos últimos dois anos, com um decréscimo de 3% em relação a 2024. Este indicador sublinha a importância de se prosseguir com os investimentos em projectos de eficiência energética e na implementação de tecnologias de descarbonização, alinhadas com as metas do Estado.

No que respeita ao perfil de emissões, os Blocos 0 e 17 concentram cerca de 41% das emissões totais do sector. Paralelamente, os Blocos Cabinda Sul, 2/05 e 3/05 apresentam uma maior intensidade de carbono por barril de óleo equivalente, facto que se justifica pela antiguidade de alguns activos e pelas especificidades operacionais das concessões.

No que concerne à queima de gás, a média diária em 2025 registou um aumento de 5% face ao ano anterior (164,21 MMSCFD). Neste contexto, os Blocos 14 e 15/06 contribuíram com volumes de queima 37% e 19% superiores, respectivamente, aos limites individuais autorizados pelo MIREMPET. Contudo, é importante destacar que o desempenho global do sector se situou 16% abaixo do limite máximo total aprovado (205,15 MMSCFD), o que evidencia esforços na gestão do gás associado e reforça a necessidade de monitorização contínua e de optimização das infra-estruturas, de modo a assegurar o cumprimento das metas de queima estabelecidas para o sector.

Observa-se, no período em análise, uma tendência de incremento na queima de gás, motivada essencialmente por requisitos de segurança das instalações, paragens não programadas de natureza técnica ou pela reabertura de poços.

Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e Gás Queimado

EVOLUÇÃO 2022-2025 | DADOS PRECISOS DA BASE DE DADOS

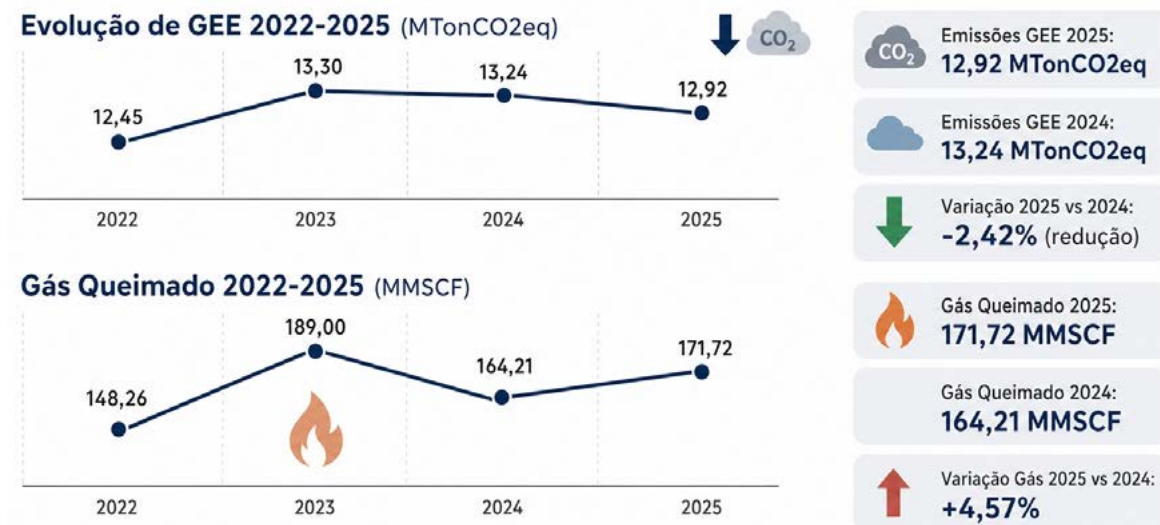


Figura 22. Monitorização de emissões de gases de efeito estufa e queima de gás, 2022-2025.

Quanto ao teor de óleo em água produzida descarregada no mar, registou-se uma média mensal de 14,19 ppm, valor que representa uma melhoria de 11% em comparação com o período homólogo. À semelhança do ano anterior, o desempenho global manteve-se abaixo do limite legal de 30 ppm, situando-se, desta vez, 53% abaixo desse tecto. Embora se tenham alcançado resultados positivos a nível global, as operações no Bloco 3/05 excederam o limite estabelecido em 9 dos 12 meses do ano, devido a desafios relacionados com a substituição de reagentes no sistema de tratamento de água de produção. A tendência de estabilidade deste indicador, reforçando o compromisso do sector com a preservação dos ecossistemas marinhos, é ilustrada abaixo.

Qualidade da Água Produzida: Conformidade com os Regulamentos Ambientais

CONCENTRAÇÃO DE ÓLEO EM ÁGUA | 2019 - 2025 | LIMITE LEGAL: 30 ppm



Figura 23. Monitorização do teor de óleo na água, 2019-2025

Relativamente à geração de resíduos, comparativamente a 2024, registou-se um aumento de cerca de 6% de resíduos não-perigosos, variação impulsionada pelo início das actividades do Novo Consórcio de Gás. Em contrapartida, verificou-se uma performance positiva na gestão de resíduos críticos, com os resíduos perigosos e as aparas de perfuração a registarem uma redução de 8% e de 38%, respectivamente.

É importante salientar que a totalidade dos resíduos perigosos gerados nas operações petrolíferas no mar é encaminhada para terra, onde empresas especializadas asseguram o tratamento adequado e a deposição final, garantindo a conformidade com as normas ambientais vigentes.

Os dados consolidados sobre a produção de resíduos perigosos, não-perigosos e aparas de perfuração encontram-se sistematizados a seguir, permitindo visualizar a evolução dos últimos anos.

Gestão de Resíduos Operacionais 2019-2025

EVOLUÇÃO DE RESÍDUOS POR CATEGORIA (kTon)

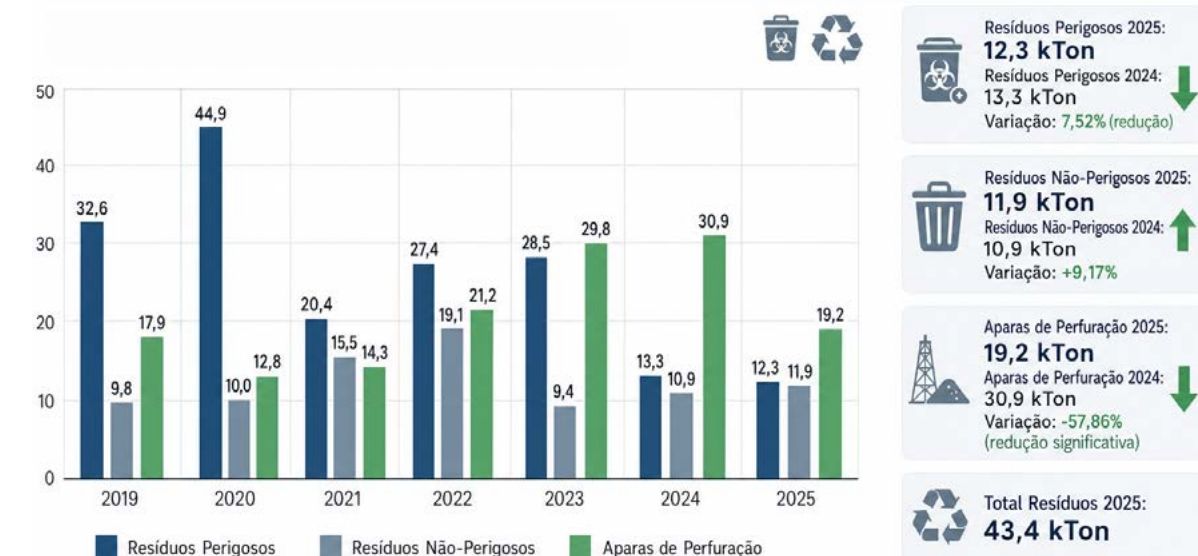


Figura 24. Monitorização do volume de resíduos operacionais gerados, 2019-2025.



Função Reguladora

5.2. Função Reguladora

No âmbito do reforço contínuo do quadro regulatório do sector petrolífero nacional, a actividade regulatória da ANPG registou avanços concretos e mensuráveis na consolidação do quadro normativo que rege o sector petrolífero nacional. Num contexto em que a sustentabilidade da produção e a atractividade do investimento externo exigem regras claras, estáveis e tecnicamente fundamentadas, a produção de instrumentos regulatórios de qualidade deixou de ser apenas uma obrigação institucional para se tornar um vector directo de criação de valor para o sector. Num sector capital-intensivo com horizontes de retorno a longo prazo, a previsibilidade regulatória é o alicerce da confiança dos investidores, reduz as incertezas para os investidores e facilita na tomada de decisões das operadoras.

5.2.1. Agendas Regulatórias

Para materializar a adopção das melhores práticas da indústria global, a ANPG mantém um processo de revisão contínua estruturado através das suas Agendas Regulatórias (2021, 2022/2023 e 2025/2026), que reflectem a maturidade crescente da governação do sector:

- A Agenda Regulatória 2021 viu a aprovação e publicação em Diário da República, no ano de 2025, de quatro diplomas técnicos essenciais para a transparência e planeamento do sector, nomeadamente, o Regulamento Técnico do Plano Anual de Produção (Decreto Executivo n.º 687/25), da Estimativa de Recursos e Reservas (Decreto Executivo n.º 688/25), da Entrega de Dados de Pesquisa e Produção (Decreto Executivo n.º 691/25) e do Programa de Trabalho e Orçamento (Decreto Executivo n.º 723/25). Adicionalmente, os regulamentos sobre Segurança Operacional e Medição Fiscal encontram-se em fase final de tramitação pelo MIREMPET.
- A Agenda Regulatória 2022/2023 foi sujeita a uma revisão técnica estruturada, que resultou na consolidação de 14 iniciativas, cinco regulamentos técnicos estruturantes concluíram a fase de instrução e serão submetidos à Consulta Pública (ACEPA) no primeiro trimestre de 2026. Estes instrumentos incidem sobre domínios estratégicos para a eficiência e transparência do sector, nomeadamente o enquadramento do Plano Geral de Desenvolvimento e Produção, a utilização de infra-estruturas de terceiros e a gestão e disponibilização de dados de exploração e produção. Em paralelo, nove iniciativas maioritariamente nas áreas de segurança operacional, integridade de activos e protecção ambiental encontram-se em fase final de revisão técnica, com vista à sua submissão faseada às etapas subsequentes de Consulta Pública. Estas abrangem matérias como integridade de poços, segurança de sistemas submarinos, controlo de emissões e gestão da queima de gás, reforçando as exigências regulatórias em matéria de sustentabilidade e segurança. No seu conjunto, a evolução da Agenda 2022/2023 evidencia a transição para uma abordagem regulatória mais estruturada, assegurando o alinhamento do quadro normativo com a crescente complexidade das operações petrolíferas e com as melhores práticas internacionais.
- A Agenda Regulatória 2025/2026, recentemente aprovada, reflecte uma evolução estratégica do enfoque regulatório, alinhada com os desafios estruturais do sector petrolífero nacional, em particular a maturação das bacias e a gestão do ciclo de vida dos activos. Neste âmbito, são priorizados instrumentos técnicos orientados para a revitalização de campos maduros, o desenvolvimento de descobertas marginais e o enquadramento rigoroso dos processos de abandono, assegurando uma gestão mais eficiente, sustentável e economicamente viável dos recursos.

5.2.2. Instrumentos Contratuais e Legais Produzidos

O dinamismo do sector petrolífero e a sua capacidade de atrair investimento directo estrangeiro, depende, em grande medida, da qualidade, clareza e estabilidade dos instrumentos legais existentes num determinado território. Em 2025, o quadro jurídico-regulatório foi substancialmente enriquecido, com a publicação de diplomas que respondem a quatro grandes imperativos estratégicos do País:

O Paradigma do Gás Natural

O marco regulatório do ano foi a aprovação do Plano Director do Gás Natural, através do Decreto Presidencial n.º 72/25. Este diploma estabelece o roteiro nacional para o desenvolvimento de infra-estruturas e a criação de um mercado interno competitivo. Na mesma vertente, o Decreto Executivo n.º 427/25 formalizou a mudança de operador no Novo Consórcio de Gás, transferindo a liderança para a Azule Energy Limited, um passo decisivo para a operacionalização deste projecto estruturante.

Expansão do Portefólio e Dinamização de Bacias Terrestres

A aposta na reactivação das bacias terrestres e na exploração de novas fronteiras foi consolidada com a concessão de direitos mineiros e aprovação de Contratos de Partilha de Produção para os Blocos CON 7, 3/24 e 6/24, bem como para o leque de blocos da Bacia Terrestre do Kwanza: KON 6, KON 8, KON 14 e KON 15.

Prorrogação de Prazos e Continuidade da Actividade Exploratória

Para garantir que o potencial geológico das bacias seja plenamente avaliado, a ANPG assegurou a prorrogação das fases de pesquisa em activos estratégicos. Destacam-se o Bloco Cabinda Norte (Decreto Executivo n.º 394/25), o Bloco 5/06 (Decreto Executivo n.º 664/25) e os Blocos 27 e 28, permitindo que as operadoras concluam as campanhas de prospecção sem interrupções administrativas.

Extensão do Ciclo de Vida

Conforme a visão estratégica da ANPG, a extensão da vida útil dos campos maduros foi articulada com a reestruturação das parcerias operacionais, garantindo que novos capitais e tecnologias suportem a produção:

- **Extensão e Unificação:** Destacam-se a unificação das Áreas de Desenvolvimento do Bloco 15 (Decreto Executivo n.º 422/25 e Decreto Presidencial n.º 130/25), a prorrogação do período de produção no campo Tômbua-Lândana, Bloco 14 até 2038 (Decreto Executivo n.º 689/25) e as alterações contratuais nos Blocos 17 (Decreto Presidencial n.º 116/25) e 18/15 (Decreto Presidencial n.º 215/25). Foi igualmente alargado o prazo para a declaração de descoberta marginal no Bloco 31 (Decreto Executivo n.º 396/25).
- **Reestruturação Participativa e Governação:** O dinamismo do mercado reflectiu-se na entrada da BG International Limited nos Blocos 49 e 50 (Decreto Executivo n.º 743/25 e 745/25) e na revogação estratégica de cessões de interesse nos Blocos 15/06, 23 e 27 (Decreto Executivo n.º 623/25, 624/25 e 625/25, respectivamente). Adicionalmente, consolidou-se o modelo de partilha de rendimentos na Zona Marítima de Interesse Comum (Bloco 14/23 - ZIC), suportado pelo Decreto Presidencial n.º 89/25 e pelos Decretos Executivos n.º 696/25 e 697/25.

Função Fiscalizadora

5.3. Função Fiscalizadora

A função fiscalizadora da ANPG, enquanto instrumento de supervisão do sector petrolífero nacional, desempenha um papel determinante na preservação da integridade económica, operacional e financeira do sistema. A sua actuação não se limita à verificação de conformidade, assumindo igualmente uma dimensão estruturante na salvaguarda da receita pública, na disciplina das operadoras e na mitigação de riscos com impacto sistémico.

Em 2025, esta função materializou-se através de um conjunto articulado de acções de auditoria, controlo, *compliance* e gestão de risco, cujo desempenho permite aferir não apenas o grau de conformidade do sector, mas também a eficácia dos mecanismos de governação e execução.

5.3.1. Auditorias

Auditoria e Inspecção de Segurança e Ambiente às instalações Petrolíferas

No seguimento das auditorias e inspecções realizadas no período 2021–2023, foi assegurado, ao longo de 2025, o acompanhamento sistemático do grau de implementação das respectivas constatações, no quadro do reforço contínuo dos mecanismos de supervisão e controlo operacional do sector.

Importa salientar que o volume de constatações ainda em aberto reflecte, em grande medida, a natureza técnica e estrutural das intervenções requeridas muitas das quais associadas a activos maduros, operações *offshore* complexas e projectos que implicam ciclos de execução plurianuais. Paralelamente, tem-se verificado um reforço dos mecanismos de monitorização, com vista a acelerar progressivamente o ciclo de encerramento das constatações e a consolidar uma trajetória sustentada de melhoria dos padrões operacionais do sector.

Auditoria das Concessões

No âmbito do reforço da disciplina financeira e da transparência no sector, foi conduzida, em 2025, a Auditoria Uniformizada aos Custos Recuperáveis e Recuperados, referente ao exercício de 2024.

Esta iniciativa enquadra-se na estratégia de consolidação da confiança entre o Estado e os investidores, assegurando a conformidade dos custos apresentados pelos Grupos Empreiteiros, verificar a correcta aplicação dos Contratos de Partilha de Produção, avaliar a fiabilidade dos processos de reporte financeiro e reforçar a harmonização dos critérios contabilísticos. A auditoria evidenciou um nível global de conformidade robusto, suportado por práticas consolidadas de reporte e controlo por parte dos Grupos Empreiteiros. As oportunidades de melhoria identificadas assumem natureza predominantemente técnica e não material, concentrando-se na harmonização de critérios de classificação contabilística e na uniformização de práticas entre operadoras.

Os resultados obtidos reforçam a previsibilidade do quadro fiscal petrolífero e contribuem para a mitigação de riscos associados à recuperação de custos, factor determinante para a atracção e retenção de investimento no *upstream*.

Auditoria Interna

A auditoria interna consolidou-se como um instrumento central de suporte à governação, assegurando a avaliação sistemática da eficácia dos controlos internos, do cumprimento normativo e da robustez dos processos organizacionais.

A execução do Plano Anual de Auditoria atingiu uma taxa de 96%, com a realização de 25 auditorias incidindo sobre processos de natureza estratégica, operacional e de suporte, reflectindo um elevado grau de alinhamento entre planeamento e execução.

Paralelamente, foi reforçado o acompanhamento das recomendações emitidas, permitindo um monitoramento contínuo da implementação das acções correctivas e da evolução dos mecanismos de controlo interno.

No total, foram acompanhados 26 planos de acção, dos quais resultaram 91 pontos de melhoria. A evolução destes indicadores demonstra uma trajectória positiva ao nível da regularização e implementação, ainda que evidencie a necessidade de reforçar a capacidade de execução em determinadas áreas, de modo a assegurar um ciclo mais eficiente de fecho das recomendações.

Este processo tem contribuído para o fortalecimento progressivo do ambiente de controlo interno, com impacto directo na redução de riscos operacionais e na melhoria da eficiência organizacional.

5.3.2. Compliance

A função de compliance registou um reforço significativo do seu papel na salvaguarda da integridade e credibilidade institucional do sector. Assim, no âmbito dos processos de due diligence, foram avaliadas 513 entidades, abrangendo prestadores de serviços, empresas no domínio do conteúdo local e potenciais investidores, assegurando a verificação rigorosa de critérios de idoneidade, conformidade e integridade.

Paralelamente, foi desenvolvido o Projecto de Avaliação Sectorial de Riscos de Branqueamento de Capitais, Proliferação de Armas e Financiamento ao Terrorismo, que permitiu estruturar uma leitura integrada dos riscos do sector e avaliar o grau de maturidade dos modelos de compliance das operadoras.

A participação activa na Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas (ITIE) reforçou o posicionamento de Angola no domínio da transparência, através da contribuição técnica para relatórios, participação em fóruns especializados e envolvimento institucional contínuo.

Este conjunto de iniciativas consolida a percepção de Angola como uma jurisdição comprometida com padrões internacionais de integridade, factor determinante para a atracção de investimento qualificado.

5.3.3. Gestão de Risco e Controlo Interno

Desde a implementação da Função de Gestão de Riscos em 2023, a ANPG tem consolidado uma abordagem pró-activa e integrada, alinhada com as normas internacionais (ISO 31000:2018), assegurando decisões estratégicas fundamentadas, continuidade das operações, atractividade do sector, a protecção dos seus activos, reputação, e a vanguarda da excelência em gestão de riscos no sector petrolífero.

Esta abordagem assenta em cinco pilares estruturantes: **(i)** Mitigação de Riscos Críticos, com prioridade aos riscos Muito Altos e Altos e monitorização sistemática dos Indicadores Chave de Risco (KRI); **(ii)** Controlo e Governança, através do reforço das auditorias, do compliance ambiental, da segurança e da gestão de activos, incorporando a gestão de riscos como instrumento de suporte a tomada de decisão; **(iii)** Monitorização e Indicadores, assente num sistema robusto que permite ajustes estratégicos tempestivos face às dinâmicas operacionais; **(iv)** Continuidade e Sustentabilidade, garantindo resiliência e antecipação de interrupções e eventos externos; e **(v)** Cultura e Estratégia, promovendo uma cultura organizacional orientada para o risco e integrada na tomada de decisão estratégica. Em conjunto, estes elementos fortalecem a capacidade da ANPG de assegurar operações eficientes, seguras e sustentáveis.



Figura 25. Gestão dos riscos identificados.

Foram identificados 282 riscos nos diferentes níveis – estratégico, tático e operacional, resultando na definição de 264 planos de acção, evidenciando um elevado grau de cobertura do universo de riscos mapeado. A taxa de execução dos planos situa-se em cerca de 54%, reflectindo uma implementação progressiva.

A monitorização dos indicadores-chave permitiu não apenas identificar um conjunto de desvios em áreas críticas, mas reforçar os mecanismos de governação e monitorização, com enfoque na uniformização de metodologias, na responsabilização das áreas operacionais e na integração efectiva dos riscos no ciclo de planeamento institucional. Este processo tem vindo a contribuir para o aumento da resiliência operacional e para a consolidação de um quadro de gestão e de um ambiente operacional mais estável, eficiente e alinhado com as melhores práticas internacionais.

6. Sustentabilidade e Segurança Energética

A ANPG deu início à consolidação de um quadro estratégico de sustentabilidade, alinhado com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e orientado para a integração progressiva de princípios ambientais, sociais e de governação (ESG) na regulação e supervisão do sector de Petróleo, Gás e Biocombustíveis.

Este processo permitiu posicionar a sustentabilidade como um vector estruturante da actuação da Concessionária Nacional, reforçando a coerência entre desenvolvimento do sector, exigências ambientais e expectativas crescentes dos mercados internacionais de energia.

A avaliação do posicionamento institucional evidenciou que, apesar de já existirem iniciativas relevantes nos domínios ambiental e social, subsiste margem para a sua consolidação num quadro estratégico integrado, suportado por mecanismos mais robustos de monitorização, reporte e avaliação de desempenho.

Neste contexto, encontram-se em fase de estruturação instrumentos orientados para a definição de compromissos estratégicos, indicadores de desempenho e mecanismos de reporte, o qual constituirá um marco na afirmação de uma abordagem mais estruturada, transparente e alinhada com as melhores práticas internacionais.

No decurso do exercício, foi conduzida uma análise de contexto, suportada por *benchmark* internacional, que permitiu posicionar a ANPG face a entidades congêneres em África, América Latina, Europa e Médio Oriente. Este exercício evidenciou que, não obstante a existência de iniciativas relevantes nos domínios ambiental e social, estas carecem ainda de integração numa visão institucional consolidada e de enquadramento em mecanismos robustos de monitorização e reporte. Neste contexto, foram identificadas como prioridades a formalização de uma política institucional de sustentabilidade, a clarificação do posicionamento da ANPG em matéria ESG e o reforço estruturado do relacionamento com as partes interessadas, a par do desenvolvimento de capacidades internas orientadas para a adopção de boas práticas internacionais e o fortalecimento da governação institucional.

Neste enquadramento, encontra-se em desenvolvimento o quadro de sustentabilidade da ANPG, integrando compromissos de longo prazo, indicadores de desempenho e um roteiro faseado de implementação. A publicação do primeiro Relatório de Sustentabilidade, prevista para 2026, constitui um marco estruturante na institucionalização dos princípios ESG, reflectindo a consolidação de uma abordagem integrada e orientada para a criação de valor sustentável, tanto na gestão interna como na regulação do sector de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, reafirmando o compromisso da ANPG com a transparência, a responsabilidade institucional e o desenvolvimento sustentável do sector.

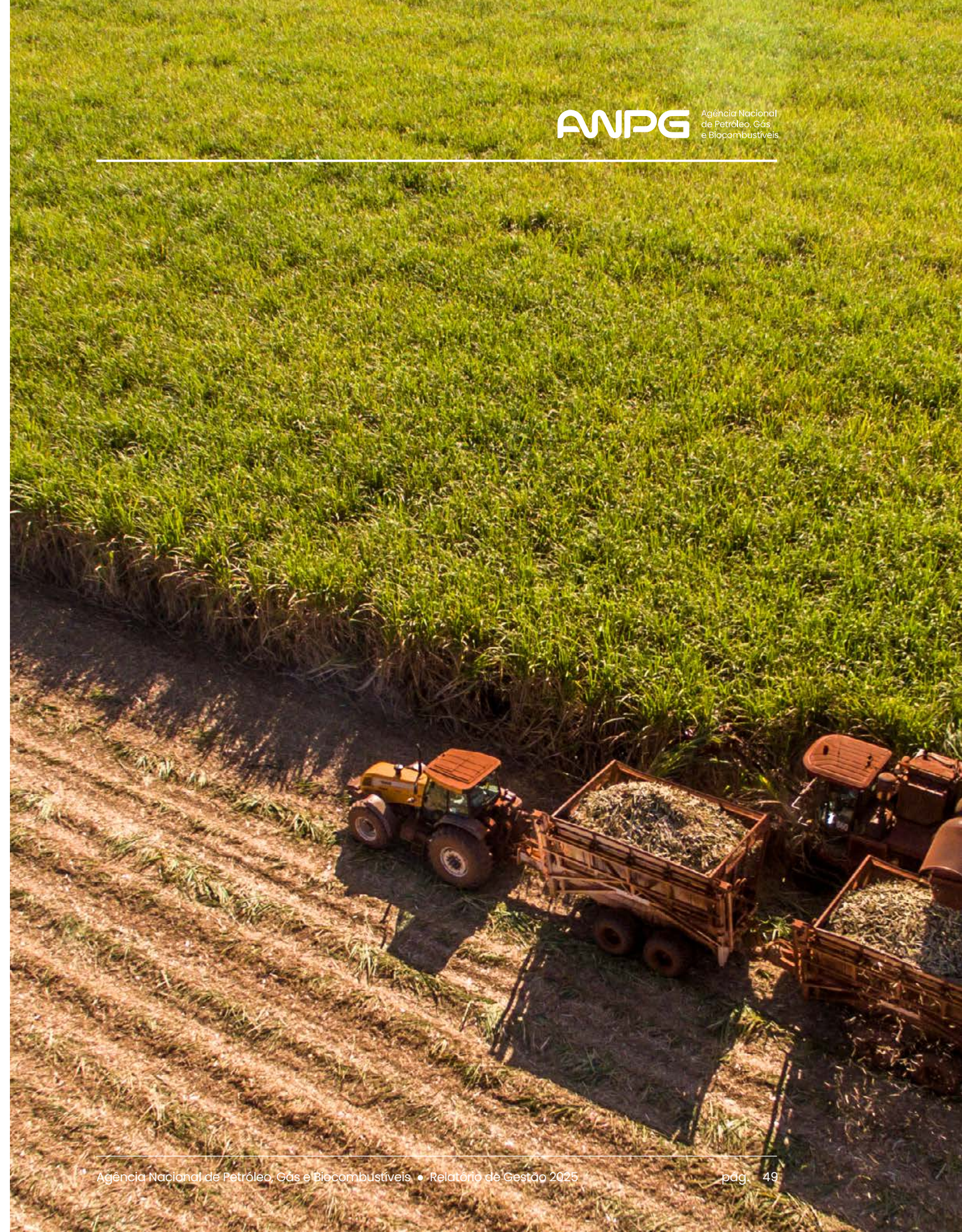
Relativamente a segurança energética é um elemento essencial para o desenvolvimento económico e social de Angola, considerando a importância do sector de petróleo e gás na economia nacional. Este sector não só assegura uma parte significativa das receitas de exportação e da entrada de divisas, como também desempenha um papel determinante na estabilidade do sistema energético e no apoio ao crescimento económico. A manutenção de níveis sustentáveis de produção de hidrocarbonetos, aliada à promoção de novas actividades de exploração e desenvolvimento, é fundamental para garantir a continuidade da actividade petrolífera e a gestão eficiente dos recursos naturais do País.

Neste quadro, Angola tem procurado conciliar o desenvolvimento da produção petrolífera com soluções energéticas mais eficientes e de menor intensidade de carbono.

Diversos projectos recentes ilustram esta evolução tecnológica e operacional. Destaca-se o projecto Agogo Integrado ao Pólo Oeste, no Bloco 15/06, que incorpora soluções de electrificação e eficiência energética para operações offshore mais sustentáveis. O projecto Kaminho, no Bloco 20/1,1 actualmente em desenvolvimento, prevê sistemas que reduzem emissões e eliminam a queima rotineira de gás.

Paralelamente, o gás natural, especialmente o gás não associado, tem vindo a ganhar relevância estratégica, com projectos como o Novo Consórcio de Gás (Quiluma e Maboqueiro) e a descoberta no poço Gajajeira-01 (Bloco 1/14), que reforçam o fornecimento de gás para energia eléctrica, indústria e expansão do GNL, embora dependam ainda de infra-estruturas de processamento e transporte.

De forma geral, o sector demonstra que é possível desenvolver os recursos petrolíferos e gasíferos de forma responsável, combinando inovação tecnológica, maior eficiência operacional e práticas sustentáveis. A actuação da ANPG tem contribuído para esta abordagem, assegurando uma gestão adequada dos recursos e reforçando a segurança energética e a sustentabilidade do sector no longo prazo, enquanto Angola se prepara para os desafios da transição energética global.



6.1. Biocombustíveis

Ao longo de 2025 registaram-se avanços relevantes na consolidação da Estratégia dos Biocombustíveis e na elaboração da Proposta de Lei dos Biocombustíveis, num processo conduzido pelo Grupo Técnico Interministerial sob coordenação do MIREMPET, com participação activa da ANPG e de outros ministérios sectoriais. Entre os principais marcos destaca-se a conclusão do relatório final da consulta pública da proposta de Estratégia dos Biocombustíveis, que evidenciou a necessidade de articulação com políticas de segurança alimentar e de transição energética.

No âmbito da consolidação da estratégia, foram realizadas diversas sessões técnicas que permitiram acelerar a sua finalização e definir os pilares estruturantes para o desenvolvimento do sector, designadamente o ajustamento do quadro legal, o reaproveitamento de infra-estruturas existentes, o apoio às cooperativas agrícolas e a orientação para mercados internacionais de energias verdes. Paralelamente, foi elaborado um *roadmap* estratégico até 2050, estruturado em quatro eixos principais: ajustamento legal e promoção do investimento (2025–2026), desenvolvimento de infra-estruturas (2025–2040), inclusão e desenvolvimento social (2025–2045) e promoção da exportação de energias verdes (2030–2050). Neste período, foram igualmente realizadas sessões de coordenação com o Ministério da Agricultura e Florestas (MINAGRIF), Ministério do Planeamento (MINPLAN), Ministério dos Transportes (MINTRANS) e o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) para a definição da matriz de responsabilidades e alinhamento das acções de implementação.

No quadro da implementação da estratégia, a ANPG reforçou as parcerias estratégicas com instituições de ensino superior, tendo celebrado acordos de cooperação com a Universidade Agostinho Neto (UAN), Universidade José Eduardo dos Santos (UJES), Universidade Católica de Angola (UCAN) e o Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências (ISPTEC), com o objectivo de promover a investigação, inovação e o desenvolvimento de soluções sustentáveis no domínio das energias renováveis. Estas parcerias enquadram-se em três projectos-piloto orientados para o levantamento e caracterização da biomassa vegetal, a produção experimental de etanol e biodiesel e o zoneamento agroecológico com base em critérios técnicos e ambientais. Os trabalhos permitiram identificar espécies com elevado potencial energético, como girassol, soja, eucalipto, sorgo, mamona, cana-de-açúcar e jatrofa, bem como criar uma base de dados agroecológica e um perfil socioeconómico de produtores agrícolas em áreas piloto, evidenciando condições favoráveis para o desenvolvimento de projectos de bioenergia sustentáveis.

Paralelamente, a ANPG tem promovido iniciativas de sensibilização e diálogo institucional com diferentes actores da sociedade sobre o potencial do sector. Neste âmbito, foi realizado um *workshop* na província do Cuanza-Norte, em parceria com o Governo Provincial, autoridades locais, sector financeiro, cooperativas agrícolas, fazendeiros, académicos e organizações da sociedade civil. O encontro teve como objectivo identificar oportunidades económicas e sociais associadas ao desenvolvimento dos biocombustíveis em Angola, promover a articulação entre os sectores agrícola e energético e incentivar a participação das comunidades no desenvolvimento da cadeia de valor da bioenergia.

Neste contexto, realizou igualmente trabalhos técnicos de revisão e aperfeiçoamento da proposta legislativa, incluindo a recolha de contributos de parceiros estratégicos, como a ACEPA, Sonangol, BIOCUM e a ENI Natural Energy. O processo incluiu ainda a definição preliminar de instrumentos de certificação, como o selo de qualidade e o selo social, bem como a preparação de um roteiro de regulamentos técnicos a desenvolver após a aprovação da lei, abrangendo matérias como licenciamento de produtores, exportação de matérias-primas e biocombustíveis, normas ambientais e mecanismos de fiscalização, com vista a assegurar uma implementação eficaz e sustentável do sector.

7. Desempenho Económico-Financeiro

7.1. Opex por Barril

Relativamente ao custo operacional directo por barril, em 2025 a média ponderada anual do sector petrolífero — excluindo os custos de abandono — situou-se em USD 13,61, representando um aumento de 10% face a 2024, cujo valor foi de USD 12,35. Este acréscimo decorre essencialmente do elevado custo de manutenção das instalações, que têm exigido intervenções mais frequentes e complexas.

No que respeita aos custos unitários por barril, o Bloco Cabinda Sul registou o valor mais elevado da indústria, atingindo USD 43,04, enquanto o Bloco 17 apresentou o custo mais baixo, fixado em USD 6,62, reflexo do bom estado de conservação das infra-estruturas e da estabilidade operacional observada.

Em função dos desafios associados aos elevados custos operacionais do Bloco 4/05 e às condições do FPSO, decidiu-se, no início do segundo semestre do ano transacto, iniciar o processo de abandono, marcando o arranque da desactivação progressiva das suas operações.

Quando comparado com o período homólogo, observa-se um aumento significativo dos custos operacionais por barril nos Blocos 14, 15, 15/06 e 32, comportamento que contraria a tendência de reduções consecutivas registada nos últimos três anos. Por outro lado, verificou-se um decréscimo expressivo nos custos da Associação FS e do Bloco 18, conforme detalhe abaixo.

Distribuição dos Custos Operacionais por Blocos 2025

ANÁLISE DE EFICIÊNCIA (\$/bbl) | CUSTO MÉDIO 13,6 | COMPARAÇÃO COM 2024
(*) Valores entre parênteses indicam Variação % vs 2024

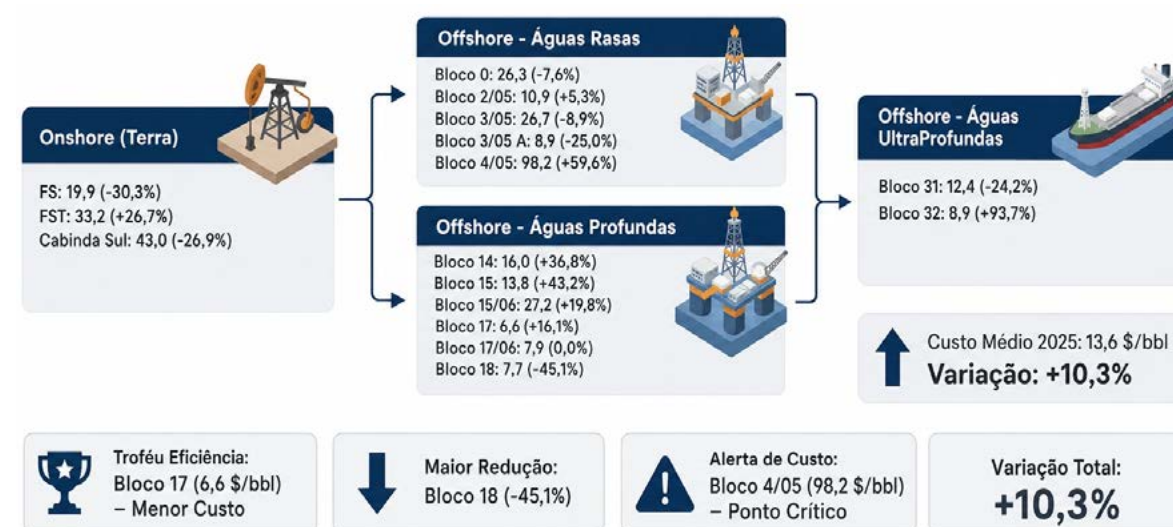


Figura 26. Custos operacionais por barril, sem abandono, nas concessões petrolíferas.

7.2. Execução Orçamental das Concessões

O orçamento das concessões apresentou uma execução de 95%, correspondente a USD 14 144 644 368, face a uma previsão de fecho de USD 14 862 777 556. Este nível de execução evidencia um desempenho orçamental sólido ao longo do exercício, resultante da celeridade no tempo de resposta das solicitações das operadoras assim como forte engajamento na busca de soluções dos desafios vivenciados.

Execução Orçamental (USD)






Categorias	Orçamento Revisto	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	Acumulado
 Exploração	624.636.999	291.230.227	396.236.765	434.806.316	321.373.843	1.443.647.151
 Desenvolvimento	7.749.450.000	1.985.124.269	1.678.053.997	1.681.635.130	1.242.666.780	6.587.480.176
 Operação	5.623.135.000	1.243.985.131	1.270.299.881	1.384.832.736	1.512.073.700	5.411.191.448
 Adm. e Serviços	865.555.557	153.711.200	205.073.750	125.506.293	218.034.350	702.325.593
 TOTAL	14.862.777.556	3.674.050.827	3.549.664.393	3.626.780.475	3.294.148.673	14.144.644.368

Figura 27. Execução orçamental nas concessões.

Recuperação dos investimentos realizados nas concessões em produção

Os direitos acumulados recuperáveis a 31/12/2025 dos blocos em produção totalizaram USD 49,7 mil milhões, dos quais foi recuperado no exercício 23% (USD 11,4 mil milhões), reflectindo o desempenho de produção neste ano. Entre estes, o Bloco 17 destacou-se como a concessão com o maior volume de custos recuperados no ano, atingindo USD 2,6 mil milhões seguido pelos Blocos 15 e 32, cujos volumes se situaram entre USD 2,0 e 2,4 mil milhões.

Custos Recuperados por Bloco Petrolífero (USD)

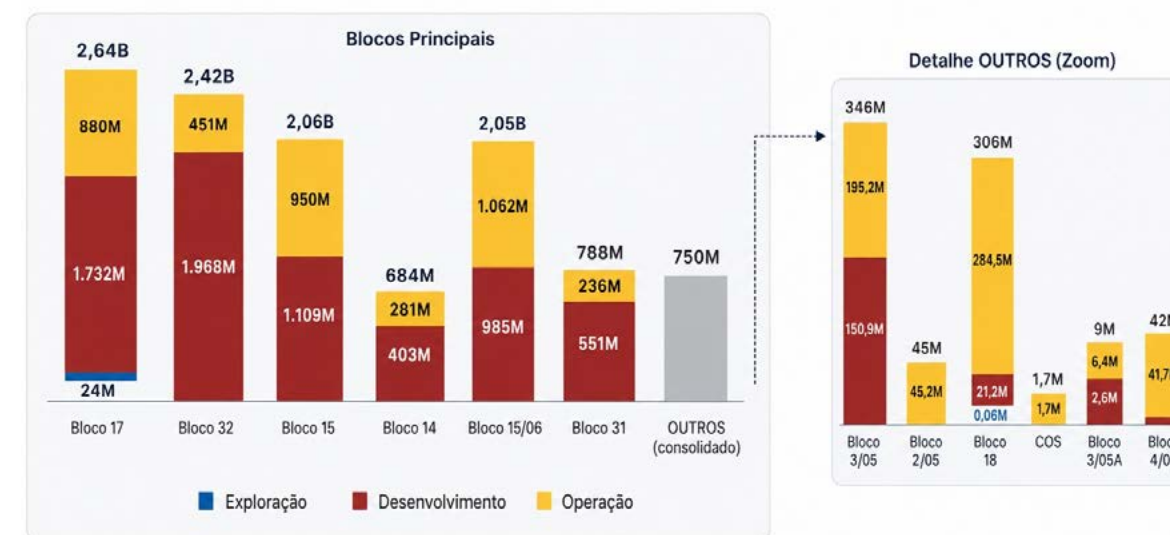


Gráfico 4. Custos recuperados por Bloco.

A análise global demonstra que o portefólio de concessões em produção mantém um comportamento financeiro sólido, suportado por operações eficientes, investimentos criteriosos e uma estrutura contratual que assegura previsibilidade e estabilidade económica. Estes resultados contribuem directamente para a sustentabilidade do sector, o equilíbrio fiscal do Estado e a atractividade contínua do mercado petrolífero angolano.

Gestão de Abandono e Fundamentos

Em 2025, a ANPG manteve uma gestão estruturada das responsabilidades de abandono, assegurando o reconhecimento integral dos encargos futuros e a sua progressiva cobertura através de mecanismos financeiros e contratuais.

A provisão para abandono ascendeu a MAOA 8,75 mil milhões, reflectindo a estimativa actualizada, a valor presente, das obrigações associadas ao desmantelamento dos activos ao longo do ciclo de vida das concessões. A distribuição da provisão por bloco evidencia a concentração das responsabilidades de abandono nos principais activos em produção, conforme apresentado abaixo:



Provisão para Abandono de Activos (USD)

A PROVISÃO PARA ABANDONO ASCENDEU A USD 8,75 MIL MILHÕES, REFLECTINDO A ESTIMATIVA ACTUALIZADA, A VALOR PRESENTE, DAS OBRIGAÇÕES ASSOCIADAS AO DESMANTELAMENTO DOS ACTIVOS AO LONGO DO CICLO DE VIDA DAS CONCESSÕES.

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Associações FS/FST	118.943.697	109.026.818
Bloco Cabinda Sul	5.978.614	5.573.198
Bloco 0	390.618.066	401.511.426
Bloco 2/05	393.176.518	372.447.214
Bloco 3/05	281.565.162	269.542.678
Bloco 4/05	146.324.729	153.728.872
Bloco 14	1.181.530.791	1.119.541.291
Bloco 14 K	85.191.247	79.349.598
Bloco 15	2.035.251.119	2.089.558.472
Bloco 15/06	282.897.083	267.255.271
Bloco 17	1.656.990.143	1.535.114.888
Bloco 17/06	71.825.791	68.038.945
Bloco 18	641.809.458	598.278.404
Bloco 20/11	107.552.018	101.255.930
Bloco 31	498.042.527	463.894.665
Bloco 32	855.584.270	812.833.356
TOTAL	8.753.281.233	8.446.951.027

Figura 28. Provisão de abandono de activos

Os activos afectos ao fundo de abandono encontram-se maioritariamente alocados a disponibilidades e instrumentos financeiros de baixo risco, reforçando a segurança e previsibilidade na cobertura das responsabilidades assumidas.

A actualização financeira das provisões e dos activos associados teve impacto nos resultados do exercício, sem efeitos na liquidez, reflectindo essencialmente ajustamentos de natureza contabilística. No seu conjunto, o modelo adoptado evidencia uma posição globalmente controlada, suportada por mecanismos contratuais robustos e por um nível de cobertura próximo das responsabilidades reconhecidas, mantendo, contudo, a necessidade de acompanhamento contínuo da sua evolução.

7.3. Desempenho Financeiro da ANPG

A ANPG encerrou o exercício económico de 2025 com um Resultado Líquido de MAOA 258 119 108 (duzentos e cinquenta e oito milhões, cento e dezanove mil, cento e oito milhares de Kwanzas), impactado sobretudo pelos resultados operacionais e pelos resultados financeiros do exercício.

A análise da Demonstração de Resultados evidencia que o desempenho financeiro de 2025 foi suportado, sobretudo, pela recuperação do resultado operacional, impulsionada pelo crescimento expressivo dos proveitos e pela melhoria dos níveis de eficiência. Por outro lado, observa-se uma redução dos resultados financeiros face ao exercício anterior, bem como um impacto negativo dos resultados não operacionais, factores que influenciaram o resultado líquido apurado.

O quadro seguinte apresenta, de forma sintética, os principais indicadores que traduzem esta dinâmica, permitindo uma leitura integrada da performance e da sustentabilidade financeira da organização.

Performance e Sustentabilidade Financeira 2025

ANÁLISE CONSOLIDADA DE RESULTADOS | VALORES EM MILHARES DE KWANZAS (Kz)



Figura 29. Provisão de abandono de activos

Desempenho Operacional

Os resultados operacionais ascenderam a MAOA 135 516 770 (cento e trinta e cinco milhões, quinhentos e dezasseis mil, setecentos e setenta milhares de Kwanzas), recuperando de um resultado negativo no exercício anterior, impulsionados pelo crescimento significativo dos proveitos operacionais.

Os proveitos operacionais totalizaram MAOA 322 878 511 (trezentos e vinte e dois milhões, oitocentos e setenta e oito mil, quinhentos e onze milhares de Kwanzas), sustentados sobretudo por:

- receitas associadas à taxa de consignação, concernente à comercialização de petróleo bruto da Concessionária; e
- outros proveitos operacionais, referentes aos Benefícios Resultantes da Cedência de Interesse Participativo e prorrogação dos prazos de exploração dos Blocos 15 e 17, recuperados durante o ano de 2025.

Detalhe dos Resultados Operacionais

Os Proveitos Operacionais atingiram MAOA 322 878 511 (trezentos e vinte e dois milhões, oitocentos e setenta e oito mil, quinhentos e onze milhares de Kwanzas), englobando a taxa de consignação, serviços suplementares, venda de dados sísmicos, de materiais petrolíferos e outros proveitos operacionais, conforme demonstrado a seguir:

Proveitos Operacionais | Detalhe (milhares de Kz)

OS PROVEITOS OPERACIONAIS ATINGIRAM MAOA 322 878 511, ENGLOBALANDO A TAXA DE CONSIGNAÇÃO, SERVIÇOS SUPLEMENTARES, VENDA DE DADOS SÍSMICOS, MATERIAIS PETROLÍFEROS E OUTROS PROVEITOS.

Descrição	2025	2024
Petróleo bruto - Concessionária	218.602.964	83.384.877
Serviços suplementares	16.271.100	-
Venda de dados sísmicos	6.948.148	25.327.806
Venda de materiais petrolíferos	10.166.002	21.934.204
Outros proveitos e ganhos operacionais	70.890.295	46.610.689
TOTAL	322.878.511	177.257.577

Figura 30. Proveitos operacionais.

A variação face a 2024 decorre essencialmente do:

- Aumento dos recebimentos em 2025, concernentes a taxa de consignação, a que a Concessionária Nacional tem direito sobre o petróleo bruto do Estado comercializado, nos termos da Lei n.º 13/04, de 24 de Dezembro, conjugada com a Lei do Orçamento Geral do Estado aplicável, que representaram 74% do montante cobrado face a 29% no período anterior.
- Crescimento dos outros proveitos e ganhos operacionais, impulsionados pelos mecanismos de recuperação no âmbito dos benefícios decorrentes dos contratos petrolíferos.

Os Custos Operacionais totalizaram MAOA 187 361 741 (cento e oitenta e sete milhões, trezentos e sessenta e um mil, setecentos e quarenta e um milhares de Kwanzas) mantendo-se estáveis comparativamente ao ano anterior.

Os custos reflectem despesas com:

- Salários, acções de formação, viagens e seguros.
- Depreciação de activos (imóveis, equipamento administrativo e informático).
- Serviços de terceiros, impostos, licenças, despesas com exportação e comercialização de petróleo bruto.

Resultados Financeiros e não Operacionais

Os Resultados Financeiros ascenderam a MAOA 132 956 112 (cento e trinta e dois milhões, novecentos e cinquenta e seis mil, cento e doze milhares de Kwanzas), fortemente influenciados pelas actualizações do Fundo de Abandono, bem como com diferenças de câmbio desfavoráveis.

A variação desta rubrica face ao exercício anterior deriva da reclassificação da actualização financeira ao valor presente dos fluxos de caixa que concorrem para a provisão do Abandono, de Resultados não Operacionais para Resultados Financeiros.

Resultados Financeiros | Detalhe (milhares de Kz)

Descrição	2025	2024
PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS		
Juros obtidos	1.792.212	323.166
Diferenças de câmbio favoráveis	741.093.970	4.826.739.006
Fundo de Abandono	396.518.036	-
Total Proveitos Financeiros	1.139.404.218	4.827.062.172
CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS		
Despesas bancárias	143.725	224.270
Diferenças de câmbio desfavoráveis	768.404.598	4.441.593.438
Fundo de Abandono	237.899.783	-
Total Custos Financeiros	1.006.448.106	4.441.817.708
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	132.956.112	385.244.464

Figura 31. Resultados financeiros.

Os Resultados Não Operacionais, totalizaram MAOA 10 353 774 (dez milhões, trezentos e cinquenta e três mil, setecentos e sessenta e quatro milhares de Kwanzas), apresentando um resultado negativo, referente, sobretudo, com a reclassificação de Resultados não Operacionais para Resultados Financeiros, das rubricas relacionadas à reposição de provisões e provisões do Fundo de Abandono.

Resultados Não Operacionais | Detalhe (milhares de Kz)

Rubricas	2025	2024
PROVEITOS E GANHOS NÃO OPERACIONAIS		
Reposição de provisões - Cobrança Duvidosa	656.820	19.306
Reposição de provisões - Contingências Fiscais	230.390	169.342
Reposição de provisões - Fundo Abandono	-	510.245.852
Outros proveitos e ganhos não operacionais	-	62.788
Correcções relativas a períodos anteriores-CPNO	331.967	2.335.492
Total Proveitos Não Operacionais	1.219.176	512.832.779
CUSTOS E PERDAS NÃO OPERACIONAIS		
Provisões - Cobrança Duvidosa	1.045.833	566.506
Provisões - Fundo Abandono	-	38.786.221
Provisões - Fundo de pensões	2.526.034	67.265
Provisões - Contingências Fiscais	3.592.541	2.279.070
Perdas em Imobilizações	3.548	-
Multas e penalidades	419.700	35.964
Correcções relativas a períodos anteriores-CPNO	3.985.324	1.753.075
Outros custos e perdas não operacionais	(29)	-
Total Custos Não Operacionais	11.572.951	43.488.101
RESULTADO NÃO OPERACIONAL LÍQUIDO	(10.353.774)	469.344.678

Figura 32. Resultados não operacionais.

Balanço

Em 2025, a ANPG apresentou uma posição patrimonial e financeira sólida, com um activo total de MAOA 14 900 984 635 (catorze mil milhões, novecentos milhões, novecentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e trinta e cinco milhares de Kwanzas), representando um crescimento de 13,7% face a 2024. A evolução positiva decorre sobretudo da reconfiguração da estrutura do activo, destacando-se a diminuição do activo corrente e o aumento do activo não corrente.

Activo Não Corrente

O activo não corrente registou um aumento de 137%, influenciado principalmente pelas actividades de fundo de abandono, concernentes as "Contas de garantia", nas quais são depositados os montantes fundeados pelos Grupos Empreiteiros, destinados exclusivamente ao financiamento das actividades de desmantelamento dos blocos petrolíferos e de restauro ambiental no termo das concessões, que no período anterior se encontravam registadas na rubrica Disponibilidades, nas quais são depositados os montantes fundeados pelos Grupos Empreiteiros.

Activo Corrente

O activo corrente registou um decréscimo de 46%, resultante essencialmente da rubrica Disponibilidades, que atendendo à natureza específica das operações relacionadas com o Abandono, no exercício de 2025, passaram a ser registadas e apresentadas em rubricas distintas daquelas utilizadas no período anterior.

Capital Próprio

O capital próprio aumentou 5,96%, fixando-se em MAOA 4 715 107 769 (quatro mil milhões, setecentos e quinze milhões, cento e sete mil, setecentos e sessenta e nove milhares de Kwanzas) resultado da incorporação dos resultados de exercícios anteriores.

Passivo

O Passivo Corrente apresentou um aumento relevante em 2025 passando de 175,9 milhões para MAOA 1,4 mil milhões de Kwanzas, que resulta essencialmente do processo de conciliação de contas, efectuado no exercício anterior entre as entidades MINFIN e a Sonangol E.P., e que à data de fecho de contas de 2025, o referido processo de regularização encontrava-se em curso.

Balanço Financeiro | Detalhe (milhares de Kz)

EM 2025, A ANPG APRESENTOU UMA POSIÇÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA SÓLIDA, COM UM ACTIVO TOTAL DE MAOA 14 900 984 635, REPRESENTANDO UM CRESCIMENTO DE 13,7% FACE A 2024.

ACTIVO	2025	2024
Activo não corrente		
imobilizações corpóreas:	182.755.753	163.155.313
imobilizações incorpóreas:	1.064.887	1.054.887
Outros activos financeiros:	6.666.447.488	689.472.000
Outros activos não correntes:	3.211.667.092	3.390.680.070
Total Activo não corrente	10.071.942.222	4.244.345.220
Activo corrente		
Outros activos financeiros:	0	49.245.000
Contas a receber:	4.240.410.579	2.777.232.263
Disponibilidades:	588.936.309	6.031.776.009
Outros activos correntes:	1.693.925	5.843.004
Total Activo Corrente	4.829.042.413	8.865.753.307
TOTAL ACTIVO	14.900.984.635	13.108.144.576
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Resultados Transitados:	4.383.469.197	3.554.451.240
Reservas – Dotações iniciais:	6.724.064	6.724.064
Reservas – Incorporação de activos:	58.795.400	56.649.511
Resultado do ano:	256.119.108	836.901.957
Total Capital Próprio	4.715.107.769	4.456.642.772
Provisões para pensões:	23.782.814	21.550.046
Provisão para outros riscos e encargos:	8.762.193.341	8.453.999.947
Total Passivo não corrente	8.785.976.665	8.475.295.992
Passivo corrente		
Contas a pagar:	1.371.076.843	154.998.087
Outros passivos correntes:	26.823.668	21.003.728
Total Passivo corrente	1.389.900.510	175.901.813
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	14.900.984.635	13.108.144.576

Figura 33. Balanço financeiro.

A evolução da posição patrimonial da ANPG em 2025 reflecte uma reconfiguração da sua estrutura financeira, com impacto na composição do activo, na dinâmica do passivo e no reforço da base de capital próprio.

O quadro seguinte apresenta, de forma sintética, os principais agregados do balanço e a respectiva variação, permitindo uma leitura integrada da solidez financeira e da trajectória de crescimento da Agência.



Balanço Patrimonial | Detalhe (milhares de Kz)

ANÁLISE DE SOLIDEZ E PERFORMANCE FINANCEIRA | VALORES EM MILHARES DE Kz



Figura 34. Balanço patrimonial.

Rácios Financeiros e Indicadores de Desempenho

A análise dos principais rácios financeiros evidencia uma evolução positiva da posição financeira e da performance operacional da ANPG no exercício de 2025. Os indicadores apresentados reflectem níveis confortáveis de liquidez, uma estrutura de financiamento equilibrada e uma recuperação significativa da actividade operacional, sustentada pelo crescimento dos proveitos e por ganhos de eficiência.



Gráfico 5. Rácios financeiros e indicadores de desempenho.

Os rácios financeiros permitem avaliar, de forma simples, a capacidade da ANPG em cumprir as suas obrigações e gerar resultados. A liquidez corrente, de 3,47, significa que, por cada 1 Kwanza de dívida de curto prazo, a Agência dispõe de 3,47 Kwanzas em activos de curto prazo, evidenciando uma posição confortável para fazer face aos seus compromissos.

A estrutura do activo mostra que 67,6% dos recursos estão aplicados em activos de longo prazo, como investimentos estruturais, o que é consistente com o sector em que a Agência actua.

No plano operacional, a margem operacional, de 42,0%, indica que uma parte significativa dos proveitos gerados se traduz em resultado, reflectindo uma melhoria da actividade. Por sua vez, o rácio de eficiência operacional, de 58,0%, significa que, por cada 100 Kwanzas de proveitos, cerca de 58 Kwanzas correspondem a custos, evidenciando controlo da estrutura de despesas.

O crescimento dos proveitos, de 82,2%, demonstra essencialmente a execução da taxa de consignação, que representa 74% do montante cobrado.

Em conjunto, estes indicadores evidenciam uma posição financeira sólida e uma evolução positiva da capacidade da ANPG em gerar resultados de forma sustentável.

Iniciativas de Comunicação

8. Iniciativas de Comunicação

A ANPG reforçou as suas iniciativas de comunicação institucional com o objectivo de fortalecer o diálogo com as partes interessadas e garantir o acesso permanente à informação mais actualizada, promovendo a imagem e a reputação da instituição a nível nacional e internacional.

Estas acções enquadraram-se na estratégia de aproximação institucional da Agência com os investidores, operadoras do sector, instituições académicas, sociedade civil e público geral.

Neste contexto, foram desenvolvidas actividades de divulgação institucional através de comunicados de imprensa, micro-programas de televisão e rádio, entrevistas, publicações digitais, participações em eventos nacionais e internacionais, bem como actualizações regulares nas plataformas oficiais da ANPG.

Estas iniciativas permitiram manter o público informado sobre os principais desenvolvimentos do sector, incluindo novos projectos de exploração e produção, iniciativas no domínio do gás natural, produção incremental, blocos em regime de oferta permanente, projectos de responsabilidade social, avanços no sector dos biocombustíveis e acções relacionadas com sustentabilidade e transição energética.

Paralelamente, a ANPG promoveu e participou em diversos encontros institucionais, conferências e fóruns sectoriais, que constituíram plataformas importantes para o diálogo com operadoras, investidores e parceiros institucionais.

Entre as realizações, destaca-se o 2.º Fórum de Exploração 2025, subordinado ao tema "Onshore e Bacias Interiores de Angola", que reuniu especialistas nacionais e internacionais, representantes de instituições públicas e privadas, bem como entidades financeiras. O evento proporcionou um espaço de debate técnico sobre o potencial das bacias terrestres do País, com destaque para as Bacias do Baixo Congo, Kwanza, Namibe, Kassanje e Etosha-Okavango.

Foi igualmente realizado o *workshop* sobre Biocombustíveis na província do Cuanza-Norte, ajudando a promover o conhecimento sobre a estratégia gizada para este segmento. No âmbito da coesão da comunicação no sector, para além de encontros temáticos, a ANPG juntou as diferentes operadoras do sector num único stand na Feira Internacional de Luanda, falando todos em uma só voz.

Em termos de promoção em eventos, participou em várias conferências nacionais e internacionais destacando-se a CERAWEEK, Africa Energies Summit (onde foi galardoada com o prémio de Melhor Concessionária de África), Africa Energy Week, Africa Oil Week, COP 30, Africa-U.S Summit, Angola Oil & Gas, The Energy Year (tendo recebido a distinção de melhor instituição pública do ano), entre outras. Estes eventos ajudaram Angola e a ANPG a posicionarem-se como actores importantes nos principais palcos globais do sector energético.

Em síntese, o ano de 2025 reforçou o papel estratégico da Comunicação na gestão da ANPG, assegurando com os diferentes *stakeholders* uma relação consistente, pró-activa e orientada para resultados. A coordenação entre linhas de comunicação, eventos e canais contribuiu para o reforço da reputação institucional, para a promoção da transparência e para o fortalecimento da imagem da ANPG como entidade reguladora moderna, credível e comprometida com o desenvolvimento sustentável do sector energético em Angola.

9. Capital Humano e Responsabilidade Social

Desenvolvimento do Capital Humano

Em 2025, registaram-se avanços significativos na modernização dos processos de gestão de pessoas, reforçando a capacidade interna da ANPG, promovendo a qualificação contínua dos colaboradores e assegurando maior alinhamento entre competências, desempenho e prioridades estratégicas da organização. As realizações do período demonstram o compromisso da Agência com a valorização do capital humano, reconhecendo-o como pilar essencial para a execução eficiente do mandato institucional.

A ANPG encerrou o exercício de 2025 com uma força de trabalho de 630 colaboradores, evidenciando um quadro de pessoal ajustado às prioridades estratégicas da organização. A evolução face a 2024 reflecte um reforço do equilíbrio estrutural e da eficiência organizacional, traduzido na racionalização da força de trabalho activa e na virtual eliminação da componente inactiva. Em paralelo, a mobilização selectiva de quadros para ambientes operacionais de referência no sector petrolífero permitiu potenciar a transferência de conhecimento, aprofundar a capacidade técnica institucional e reforçar o acompanhamento estratégico dos principais projectos do *upstream*, consolidando o capital humano como um pilar fundamental para a Agência.

Adicionalmente, a ANPG reafirma o seu compromisso com a equidade, inclusão e igualdade de oportunidades, assegurando uma representação equilibrada de género em todas as funções, incluindo áreas técnicas, operacionais e posições de liderança. Esta abordagem integra a visão do Conselho de Administração de valorização do capital humano como pilar central do desempenho institucional.

No domínio do desenvolvimento de competências, a actuação da Agência esteve orientada para o alinhamento entre capacidades essenciais, objectivos estratégicos e sustentabilidade organizacional, promovendo uma cultura de desempenho, responsabilização e melhoria contínua. Este direccionamento permitiu reforçar a preparação técnica e a gestão da força de trabalho, assegurando maior capacidade de resposta aos desafios de um sector em transformação e garantindo a eficácia da sua execução.

Capital Humano | Indicadores 2025

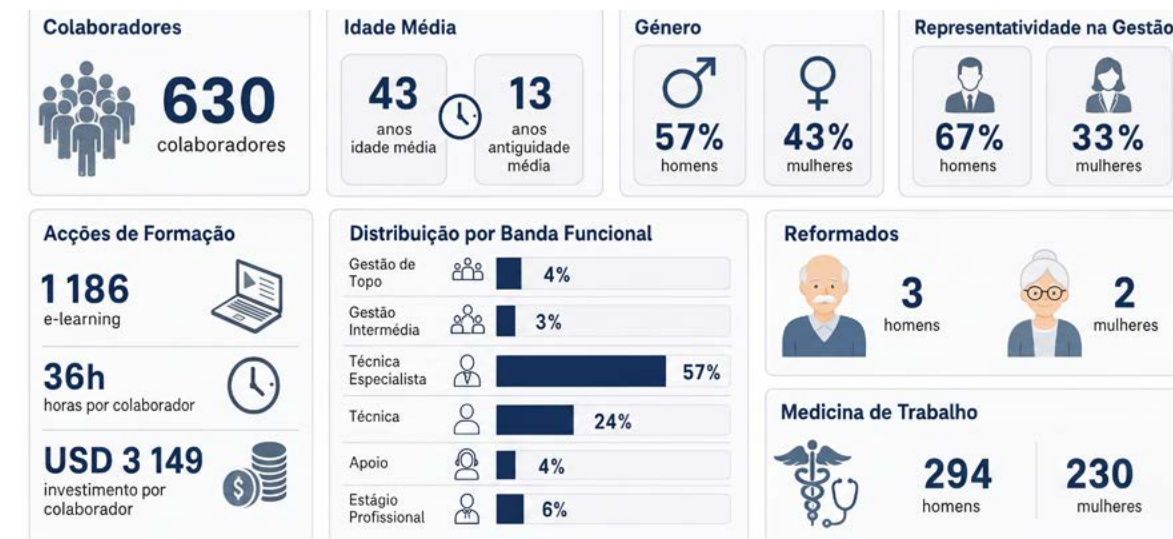


Figura 35. Indicadores do capital humano.

A nossa forma de retribuir

A Nossa Forma de Retribuir

A ANPG consolidou uma evolução estrutural na forma como o sector petrolífero contribui para o desenvolvimento do país, transitando para um modelo mais estratégico, coordenado e orientado ao impacto mensurável.

Este posicionamento foi reforçado com a aprovação do Plano de Responsabilidade Social do Sector Petrolífero 2026–2030, pelo MIREMPET, que estabelece um novo quadro de governação para o investimento social. Alinhado com o Plano de Desenvolvimento Nacional e com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável, o plano introduz maior disciplina, coerência e capacidade de avaliação, estruturando a intervenção em torno de cinco pilares: alinhamento estratégico, coordenação com *stakeholders*, equidade territorial, empoderamento comunitário e foco em resultados. Com 33 iniciativas e 71 indicadores, o plano torna-se um referencial para a gestão e monitorização do impacto social da indústria.

Em 2025, a ANPG continha na sua carteira de projectos sociais aproximadamente 140 projectos, correspondendo a um investimento global estimado em cerca de USD 230 milhões, mobilizado através de custos próprios, partilhados e recuperáveis e contribuições sociais directas, reflectindo o compromisso conjunto do sector com o desenvolvimento socioeconómico do País.

Das 50 iniciativas com conclusão prevista para o exercício, foram efectivamente concluídas 19, correspondendo a um investimento associado de aproximadamente USD 14 milhões, dos quais se destacam:

- Instituto Médio de Administração e Gestão Nossa Senhora do Rosário (Bengo), representando um investimento superior a USD 1,1 milhão. O Instituto dispõe de doze salas de aula, sala de informática, oficina de corte e costura, biblioteca, laboratório, campo multiusos e cantina, com capacidade para proporcionar educação de qualidade a 1 120 jovens por ano.
- Rede de Escolas Eiffel (Huambo e Moxico), inauguração de duas novas escolas públicas do ensino secundário, acolhendo, em média, 150 alunos cada, do 10.º ao 12.º ano. As escolas estão equipadas com seis salas de aula, três laboratórios, sala de informática, biblioteca, mediateca, anfiteatro, área administrativa,



campo polidesportivo e campo de futebol. A rede de escolas Eiffel presente também no Bengo, Cunene, Cuanza-Norte e Malanje formou mais de três mil jovens desde 2013.

- Complexo Escolar Polivalente da Associação Galica (Moxico), projecto orçado em cerca de USD 500 mil, com nove salas de aula e um campomultiuso, poderá beneficiar mais de 810 alunos.
- Escola Primária n.º 174, Pacheco Francisco (Namibe), com doze salas de aula, biblioteca, sala de reuniões, gabinete de direcção, secretaria-geral, sala de arquivos, cantina e quadra polidesportiva para o benefício de mais de mil alunos por ano e um investimento calculado em cerca de USD 750 mil.
- Reabilitação da Escola Primária n.º 1 407, Ngola Kiluanje (Luanda), com um investimento de cerca de USD 200 mil. A escola foi totalmente equipada, dispondo de nove salas de aula para mais de 900 alunos, além de biblioteca, sala de informática e sala de reuniões.

Paralelamente, a ANPG participou em diversas acções solidárias, com destaque para:

- Projecto de Camizungo (Icolo e Bengo), em parceria com o Clube dos Médicos (ONG) promoveu-se uma feira de sensibilização, assistência médica e medicamentosa.

O projecto na comunidade de Camizungo contempla um laboratório, uma escola com mais de quatro salas de aula, espaços dedicados à arte e à costura, um posto médico, uma horta comunitária, uma secção de serralharia e uma cozinha comunitária.

- Projecto Integrado da Costa Norte (NKOLA), focado na transformação das comunidades do Ambriz e Nzeto, o projecto celebrou o seu primeiro ano de execução com a realização de uma Feira de Empreendedorismo. À data, a iniciativa beneficiou sete mil mulheres e proporcionou formação técnica a 400 pescadores. O fortalecimento do tecido económico



local é visível na criação de mais de 30 cooperativas e na integração de 2 400 mulheres em grupos de poupança comunitária, promovendo a autonomia financeira das famílias.

- **Apoio à comunidade invisual (Luanda)**, acompanhamento da construção da Academia de Cegos e Amblíopes de Angola, orçada em USD 800 mil, e visita à sede da Associação Nacional dos Cegos e Amblíopes de Angola (ANCAA) onde constatou o projecto de ensino da língua portuguesa em braille, informática para invisuais e aulas de AVD (Actividade de Vida Diária), visando à autonomia de pessoas com deficiência.

Entre 2023 e 2025 foram concluídos **147 projectos**, com especial incidência na educação e saúde, representando um investimento total estimado em mais de USD 120 milhões.

Com esta actuação abrangente, a ANPG reafirma o seu compromisso com o Executivo na criação de valor partilhado e no desenvolvimento harmonioso sociedade angolana.

Perspectivas 2026

10. Perspectivas para 2026

O ano de 2026 marca o início de um novo ciclo de desenvolvimento para o sector de petróleo e gás em Angola, reflectindo a transição de uma fase de estabilização para a etapa de crescimento sustentado, assente na reposição de reservas, dinamização do investimento e na transformação estrutural do sector energético nacional.

Neste contexto, a ANPG orientará a sua actuação na implementação de instrumentos estratégicos estruturantes, com destaque para o novo Plano de Atribuição de Concessões 2026–2030 e para o Plano de Exploração de Hidrocarbonetos 2026–2030, ambos alinhados com a Estratégia de Hidrocarbonetos de Angola até 2050. Estes instrumentos visam assegurar a continuidade do ciclo de investimento, a expansão da actividade exploratória e a criação de condições para a reposição de reservas, reforçando a competitividade e a atractividade do sector a nível internacional.

No domínio operacional, a prioridade continuará centrada na estabilização da produção nacional acima de 1 milhão de barris de petróleo por dia, suportada pela entrada em funcionamento de novos poços de desenvolvimento e pela optimização contínua dos activos em produção. A execução rigorosa dos programas de manutenção e integridade das instalações permitirá sustentar níveis elevados de eficiência operacional, reforçando a fiabilidade do sistema produtivo nacional.

Paralelamente, será intensificada a actividade exploratória, com a implementação efectiva do novo ciclo de exploração, incluindo a perfuração de poços de pesquisa e avaliação, a aquisição de dados sísmicos e o avanço de iniciativas em bacias de fronteira, com particular enfoque na Bacia de Etosha-Okavango, consolidando as bases para a reposição de reservas e sustentabilidade da produção no médio e longo prazos.

No plano dos investimentos, 2026 será determinante para a materialização de projectos estruturantes, com destaque para o sancionamento de iniciativas como o *Greater PAJ*, o *Dália Fase 4* e o *Césio*, bem como para o avanço de projectos associados a descobertas recentes, reforçando o pipeline de produção futura e a capacidade de geração de valor do sector.

O gás natural continuará a assumir um papel central na estratégia energética do País, com o arranque das operações do Novo Consórcio de Gás, a consolidação do desempenho da Angola LNG e a implementação do Plano Director do Gás, promovendo a monetização sustentável dos recursos gasíferos e o seu contributo para a industrialização e segurança energética nacional.

A ANPG dará continuidade às iniciativas de promoção dos biocombustíveis, com o desenvolvimento de projectos estruturantes e a consolidação do enquadramento técnico e regulatório necessário à sua implementação, alinhando o sector com as tendências globais de descarbonização e diversificação da matriz energética.

No plano institucional, será reforçado o processo de modernização da Agência, com destaque para a operacionalização do 1.º Centro Integrado de Dados de Exploração e Produção e para a consolidação de uma gestão mais digital, integrada e orientada por dados, factores essenciais para o aumento da eficiência, transparência e capacidade de resposta da organização.

O capital humano e o impacto social continuarão no centro da estratégia da ANPG. Através da implementação de modelos avançados de gestão de talento e do reforço da promoção do Conteúdo Local e da Responsabilidade Social, a Agência assegurará uma participação nacional efectiva e a geração de benefícios concretos para a economia e para o bem-estar das populações.

Adicionalmente, a ANPG prosseguirá o reforço do seu posicionamento institucional, através da adopção de uma nova identidade organizacional, reflectindo uma instituição mais moderna, transparente e orientada para o futuro, em linha com as exigências de um sector em transformação.



Num contexto global marcado por crescente exigência e competitividade, a ANPG reafirma o seu compromisso com a construção de um sector energético mais resiliente, sustentável e atractivo ao investimento, consolidando o seu papel enquanto garante da gestão eficiente dos recursos nacionais e catalisador do desenvolvimento económico de Angola.

Siglas e Acrônimos

ACRÓNIMOS E SIGLAS

ACEPA	Associação das Companhias de Exploração e Produção de Angola
AGT	Administração Geral Tributária
ALNG	<i>Angola Liquefied Natural Gas</i> (Angola Gás Natural Liquefeito)
AST	Acordo de Suporte à Transição
BBLT	Benguela-Belize-Lobito-Tomboco
BOE	<i>Barrel of Oil Equivalent</i> (Barris de Petróleo Equivalente)
BOEPD	<i>Barrels of Oil Equivalent Per Day</i> (Barris de Petróleo Equivalente por Dia)
BOPD	<i>Barrels of Oil Per Day</i> (Barris de Petróleo por Dia)
CON	Congo Onshore
CPP	Contrato de Partilha e Produção
CSR	Contrato de Serviço com Risco
FPSO	<i>Floating Production Storage and Offloading</i> (Unidade Flutuante de Produção, Armazenamento e Transferência)
DLP	Decreto Legislativo Presidencial
DP	Decreto Presidencial
FS	Associação Fina Sonangol
FST	Associação Fina Sonangol Texaco
GEE	Gás de Efeito Estufa
GST	<i>Gas Supply Tax</i> (Taxa do Gás)
INGA	Instituto Nacional de Gestão Ambiental
ISPTEC	Instituto Superior Politécnico de Tecnologias e Ciências
Km	Quilómetros
Km ²	Quilómetros Quadrados
KON	<i>Kwanza Onshore</i>
LNG	<i>Liquefied Natural Gas</i> (Gás Natural Liquefeito)
LPG	<i>Liquefied Petroleum Gas</i> (Gás de Petróleo Liquefeito)
LTIFR	<i>Lost Time Injury Frequency Rate</i> (Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento)
MINDCOM	Ministério da Indústria e Comércio
MINFIN	Ministério das Finanças
MIREMPET	Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás
MMBO	<i>Million Barrels of Oil</i> (Milhões de Barris de Petróleo Bruto)
MMSCF	<i>Million Standard Cubic Feet</i> (Milhões de Pés Cúbicos Padrão)
MMSCFD	<i>Million Standard Cubic Feet Per Day</i> (Milhões de Pés Cúbicos por Dia)
MTON CO ₂ eq.	<i>Metric Ton of CO₂ Equivalent</i> (Milhões de Toneladas de Dióxido de Carbono Equivalente)
OIW	<i>Oil in Water</i> (Teor de óleo em água produzida descarregada no mar)
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
PIB	Produto Interno Bruto
PPM	Parte Por Milhão
PUG	Pagamento da Utilização do Gasoduto da ALNG
PSVM	Plutão-Saturno-Vénus-Marte
SSA	Saúde, Segurança e Ambiente
STOOIP	<i>Stock Tank Oil Originally In-Place</i> (Estimativa de Óleo no Local)
UAN	Universidade Agostinho Neto
UCAN	Universidade Católica de Angola
UJES	Universidade José Eduardo dos Santos
USD	Dólar dos Estados Unidos da América
ZIC	Zona de Interesse Comum

Crédito pelas imagens:
iStockimage: Págs. 34, 36, 40, 44, 49, 80
Magnific.com: Pág. 76



ANPG

Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

ANPG - AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS E BIOCMBUSTÍVEIS

Edifício Torres do Carmo - Torre 2, Rua Lopes de Lima, Distrito Urbano da Ingombota, Luanda - República de Angola
Tel. (+244) 226 428 220 | E-mail: info@anpg.co.ao | Website: www.anpg.co.ao